

# Diário do Legislativo de 06/04/2010

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

#### 1.1 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

##### 1.2 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Plenário

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

### 6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 8 - ERRATA

## ATAS

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA EM 31/3/2010

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Doutor Viana - Weliton Prado - Hely Tarquínio - Ademir Lucas - Carlos Pimenta - Délio Malheiros - Doutor Rinaldo Valério - Zé Maia.

#### Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h4min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 6 de abril, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (-A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 6/4/2010.).

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007, em 2/10/2007

Às 14h25min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fahim Sawan, Ivair Nogueira, Weliton Prado e Gustavo Valadares (substituindo o Deputado Leonardo Moreira, por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fahim Sawan, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Neste instante, retira-se da reunião o Deputado Gustavo Valadares. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Ivair Nogueira). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2010.

Fahim Sawan, Presidente - Lafayette de Andrada - Ivair Nogueira.

Ata da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 9/3/2010

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Sávio Souza Cruz, Almir Paraca e João Leite (substituindo o Deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Délio Malheiros. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Almir Paraca, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, o licenciamento ambiental da expansão do BH Shopping e seu impacto no entorno; e comunica o recebimento de ofício do Sr. Zenaido Lima da Fonseca, da Emater-MG, solicitando a realização de seminário sobre as alterações no Código Florestal; e da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Ricardo Augusto Simões Campos, Diretor-Presidente da Copasa-MG (2); Ricardo Luiz Ferreira dos Santos, Presidente em exercício da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf (16/1/2010); Luciano Junqueira de Melo, Diretor Técnico da Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Supram - Sul de Minas (23/1/2010); Augusto Henrique Lio Horta, Chefe de Gabinete da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e Geraldo Fausto da Silva, Vice-Diretor-Geral do IEF (30/1/2010). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 4.057 e 4.066/2009 em 1º turno (Deputado Luiz Humberto Carneiro) e 4.087/2009 em turno único (Deputado Almir Paraca). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Luciano Luz Badini Martins, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, do Patrimônio Histórico e Cultural e da Habitação e Urbanismo - CAO-MA -, representando o Sr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça; Ilmar Bastos Santos, Subsecretário de Gestão Ambiental Integrada, representando o Sr. José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Ronaldo Vasconcellos Novais, Secretário de Meio Ambiente de Belo Horizonte e Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente; Carlos Roberto Rodrigues, Prefeito Municipal de Nova Lima; Sinai Waisberg, Conselheiro da Associação dos Amigos do Bairro Belvedere - AABB -, representando o Sr. Ubirajara Pires Glória, Presidente dessa entidade; Joaquim Eugênio Maciel Couto Vidigal, Vice-Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Alto Santa Lúcia, representando o Sr. Cássio di Pietro, Presidente dessa entidade; Marcelo Marinho Franco, Presidente da União das Associações dos Bairros da Zona Sul; a Sra. Maria Goretti Senna, editora do "Jornal do Belvedere e Condomínios de Nova Lima", e o Sr. Francisco Mourão, Conselheiro da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sávio Souza Cruz, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.838 e 3.909/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública na região Sul do Estado para debater a criação do Parque Nacional Alto da Mantiqueira, com a participação dos Municípios envolvidos; Vanderlei Miranda, em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Minas e Energia para debater em audiência pública, em Três Marias, a contaminação do lençol freático no Bairro Beira Rio, em São Gonçalo de Abaeté, na divisa com Três Marias; Padre João, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater problemas no abastecimento de água no Bairro do Pires, em Congonhas, causados pelo entupimento de mananciais; Fábio Avelar, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública em Ponte Nova para debater questões relacionadas à nova Lei Florestal do Estado e tomar conhecimento das proposições apresentadas à Comissão Especial do Código Ambiental Brasileiro, da Câmara dos Deputados; Sávio Souza Cruz (5) em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público Estadual pedido de providências para que sejam verificados os critérios de enquadramento do BH Shopping como imóvel não condominial e o modo como se dão os cálculos dos fatores de depreciação e de comercialização do empreendimento; seja encaminhado ao Crea-MG pedido de providências para que sejam fiscalizadas as obras de expansão do BH Shopping, tendo em vista a ausência de avisos sobre a responsabilidade das obras; seja encaminhado ao Ministério Público Estadual pedido de providências para que recomende à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a não concessão da Licença de Operação - LO - das obras de expansão do BH Shopping, enquanto não for definido seu licenciamento pelo Estado; seja encaminhado ao Conselho Estadual de Política Ambiental pedido de providências para que avoque a si o processo de licenciamento da expansão do BH Shopping, tendo em vista o impacto regional causado pelo empreendimento em mais de um Município; seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que fiscalize o empreendimento do BH Shopping no que se refere à disposição irregular de anúncios publicitários, tendo em vista as denúncias apresentadas por associações de moradores da região na audiência pública; e da Deputada Rosângela Reis em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para apresentação pelo Instituto Xopotó do diagnóstico socioeconômico e ambiental de 10 Municípios da Bacia do Rio Xopotó e de considerações a respeito das atividades do Instituto e do pagamento a produtores rurais por serviços ambientais. É aprovado o seguinte relatório de audiência pública realizada pela Comissão em 15/12/2009 sobre os impactos sociais e ambientais da construção, em Minas Gerais, de cinco barramentos, no âmbito do projeto de transposição do Rio São Francisco, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC -, do governo federal:

"Relatório de Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável sobre os Impactos Sociais e Ambientais da Construção, em Minas Gerais, de Cinco Barramentos, no Âmbito do Projeto de Transposição do Rio São Francisco, com Recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC -, do Governo Federal

Sumário

I - Introdução

II - Conteúdo das exposições

Deputado Fábio Avelar

Deputado Almir Paraca

Deputado Doutor Viana

Sr. Rogério de Oliveira Sepúlveda

Promotor Luciano Luz Badini Martins

Sr. Apolo Heringer Lisboa

Sr. Geraldo José dos Santos

Sra. Cristina Chiodi

Sr. Olavo Renício Condé

Sr. José Américo Daniel

Vice-Prefeito Márcio Ângelo Júnior

Prefeito Ricardo de Castro Machado

Sr. Afonso de Jesus Silveira Andrade

III - Correspondência

I - Introdução

Esta audiência pública teve por objetivo discutir os impactos sociais e ambientais da construção, no âmbito do projeto de transposição do Rio São Francisco, de cinco barramentos (três na Bacia do Rio Paracatu, um no Rio Urucuia e um no Rio das Velhas) pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf -, com recursos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC -, do governo federal.

Estiveram presentes:

a) Os Deputados: Fábio Avelar, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Almir Paraca, Carlos Gomes, Domingos Sávio, Doutor Viana e Gil Pereira.

b) Os convidados: Sr. Geraldo José dos Santos, Vice-Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam -, representando o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Sr. José Carlos Carvalho; Sr. Luciano Luz Badini Martins, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação - Caoma -; Sr. Rogério de Oliveira Sepúlveda, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas; Sr. Apolo Heringer Lisboa, idealizador e membro da Coordenação do Projeto Manuelzão/UFGM; Sr. Olavo Renício Condé, Presidente do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica Mineira do Rio Paracatu; Sr. José Américo Carniel, Presidente do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica Mineira do Rio Urucuia; Sr. Márcio Ângelo Júnior, Vice-Prefeito do Município de Santo Hipólito, representando o Prefeito, Pedro Chaves; Sr. Ricardo de Castro Machado, Prefeito do Município de Presidente Juscelino; Afonso de Jesus Silveira Andrade, Presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste e membro da Câmara Técnica de Outorga do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica Mineira do Rio Paracatu; Sra. Cristina Chiodi, Assessora Jurídica da Associação Mineira de Defesa do Ambiente -Amda.

Foram convidados, mas não compareceram: Sr. Carlos Minc, Ministro do Meio Ambiente; Sr. Geddel Quadros Vieira Lima, Ministro da Integração Nacional; Sra. Zani Cajueiro Tobias de Souza, Procuradora da República em Minas Gerais; Sr. Orlando Cezar da Costa Castro, Presidente da Codevasf; Sr. Antônio Thomaz Gonzaga da Mata Machado, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; Sr. Keny Soares Rodrigues, Prefeito Municipal de Buritis; Sr. Sérgio Vaz Soares, Prefeito Municipal de João Pinheiro.

II - Conteúdo das exposições

A audiência foi realizada sem a presença dos representantes dos órgãos do governo federal envolvidos na construção dos cinco barramentos do projeto de transposição do Rio São Francisco, o que limitou os debates, já que todos os convidados presentes se manifestaram contrários à realização das obras.

Após as exposições dos convidados, a palavra foi franqueada ao público presente, que pôde se manifestar com relação à temática em discussão.

Apresentamos a seguir o resumo das falas registradas na audiência pública.

Deputado Fábio Avelar

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e coautor do requerimento que motivou a audiência pública, o Deputado Fábio Avelar lamentou a realização das obras da transposição do Rio São Francisco, ressaltando as diversas oportunidades em que o tema foi discutido na Assembleia. O parlamentar lastimou também a ausência dos representantes dos órgãos federais, destacando que os convites foram expedidos a essas autoridades com cerca de 15 dias de antecedência.

Ao final, destacou o papel da Casa como fórum de debates e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável como "locus" da discussão, em Belo Horizonte e no interior, dos temas ambientais de relevância para o Estado. Ainda, apresentou dois requerimentos em que solicita a realização de audiência pública no Município de Santo Hipólito, no Distrito de Senhora da Glória, para se discutirem os impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes da construção do barramento do Rio das Velhas, no âmbito do Projeto de Transposição do Rio São Francisco; e em que solicita a remissão de relatório da audiência ao Ministério da Integração Nacional, ao Ministério do Meio Ambiente, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama -, à Codevasf, ao Governador do Estado, aos Ministérios

Públicos da União e do Estado, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, ao Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam –, à Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam –, ao Instituto Estadual de Florestas – IEF –, ao Igam, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, aos Comitês de Bacias do São Francisco, Velhas, Urucuia e Paracatu, às Prefeituras e aos Presidentes das Câmaras Municipais de João Pinheiro, Buritis, Santo Hipólito, Presidente Juscelino, Inimutaba, Curvelo e Gouveia.

Deputado Almir Paraca

Também lamentando a ausência dos representantes dos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente e da Codevasf, o Deputado Almir Paraca expôs preocupações com relação à construção dos barramentos no Noroeste de Minas. Em especial, enfatizou que algumas das barragens inundarão áreas de assentamentos da reforma agrária, originados de expressivas lutas sociais, e impedirão a navegabilidade de um trecho do rio importante para o escoamento da produção mineira. O parlamentar defendeu a construção das chamadas barraginhas – pequenas barragens construídas para coletar a água das chuvas, favorecendo a recarga dos aquíferos, o abastecimento dos moradores e a dessedentação animal –, alegando tratar-se de medida mais adequada econômica e ecologicamente.

Deputado Doutor Viana

O parlamentar relatou reunião ocorrida no primeiro semestre de 2007, na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, na qual se discutiram problemas relativos à região Central do Estado, com destaque para as questões concernentes à barragem a ser construída no município de Santo Hipólito e aos demais barramentos previstos pelo projeto de transposição do Rio São Francisco. Tendo solicitado à Codevasf informações mais precisas sobre essa obra, o parlamentar recebeu a resposta de que os estudos para a instalação do referido barramento ainda não haviam sido concluídos e, assim que possível, seriam remetidos a ele, o que não ocorreu.

O Deputado manifestou ainda sua opinião contrária à transposição, lendo um trecho de artigo de revista que cita sete princípios constitucionais infringidos pelo projeto do governo federal.

Sr. Rogério de Oliveira Sepúlveda

O Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas fez um retrospecto da atuação do Projeto Manuelzão nessa bacia, apontando os progressos verificados com a institucionalização da Meta 2010 – navegar, pescar e nadar no Rio das Velhas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, até 2010.

O palestrante enfatizou a necessidade de se formalizar uma posição do Estado contrária ao projeto de transposição do Rio São Francisco e destacou alguns dos impactos da construção dos barramentos previstos pelo referido projeto. Entre esses impactos destacam-se a restrição às migrações da fauna aquática; as limitações à navegabilidade e à recreação; a alteração da dinâmica hídrica do curso de água, em especial no que se refere ao abandono das lagoas marginais; e a possibilidade de eutrofização, inclusive com a presença de cianobactérias produtoras de resíduos tóxicos, da lagoa formada pelo barramento do Rio das Velhas a jusante da Região Metropolitana de Belo Horizonte, formando um "reservatório equivalente a um depósito de lixo tóxico", de tratamento complexo e de custos elevados.

Rogério Sepúlveda argumentou, ainda, que, com a construção do barramento, o Rio das Velhas poderia passar a ser considerado como de domínio federal, o que implicaria perda de controle do Estado sobre seus recursos naturais.

Promotor Luciano Luz Badini Martins

O Promotor de Justiça iniciou sua exposição reportando-se à ação impetrada pelo Ministério Público e pela Advocacia-Geral do Estado contra o projeto de transposição do Rio São Francisco, em função da ausência de estudos de impacto ambiental para as obras. O Promotor registrou, ainda, que os estudos posteriormente elaborados para o projeto não foram suficientes para Minas Gerais, deixando de prever, de forma integrada, as consequências dos barramentos para o Estado.

Segundo Luciano Badini, no licenciamento de uma barragem, devem sempre ser observados a inserção regional da obra, a necessidade do remanejamento de grupos populacionais, as interferências nas comunidades tradicionais e os efeitos na qualidade da água, e deve ser feita uma avaliação integrada dos impactos ambientais, considerando-se, obviamente, o disposto na legislação ambiental. O Promotor citou uma decisão do Desembargador Caetano Levi Lopes, do Tribunal de Justiça, que julgou exemplar para esse tipo de problema: "Na relação entre custo e benefício do empreendimento econômico impactante ao meio ambiente, revelando-se o custo social superior ao proveito particular, deve prevalecer a preservação ambiental".

O palestrante comentou, ainda, os procedimentos compreendidos pela avaliação ambiental estratégica e pela avaliação ambiental integrada, quais sejam a questão dos efeitos e dos impactos, os fenômenos cumulativos e sinérgicos, os conflitos, a questão da gestão ambiental, os interesses das populações tradicionais e a participação social, e avaliou que, se na Bacia do Rio São Francisco fosse feita uma avaliação ambiental integrada, boa parte das intervenções previstas pelo projeto de transposição não poderia ser implantada. Segundo ele, o Ministério Público de Minas Gerais se preocupa, sobretudo, em avaliar os impactos em toda a bacia hidrográfica para definir suas estratégias, motivo pelo qual se coloca à disposição para buscar uma solução para o conflito acerca dos barramentos.

Sr. Apolo Heringer Lisboa

O idealizador do Projeto Manuelzão reclamou uma posição oficial do Estado contra a transposição do Rio São Francisco, alegando que a mudança de governos não pode prejudicar os interesses de Minas Gerais. Questionou ainda a instalação da barragem em Santo Hipólito, avaliando que haverá eutrofização, com conseqüente degradação do rio, o que vai contra a Meta 2010.

Sobre a referida meta, lamentou o pequeno apoio recebido do setor empresarial, considerando esse o principal motivo pelo qual a Meta 2010 não será atingida em sua plenitude. Segundo ele, em 2010, a meta será apenas 50% vitoriosa, o que deve ser comemorado, já que, caso ela não existisse, a situação estaria "100% pior".

Como proposta para a solução do conflito acerca das barragens do Rio São Francisco, o ambientalista reafirmou que se deve priorizar a gestão ambiental integrada, a adoção da bacia hidrográfica como referência territorial e o estabelecimento da regra de que nenhum tipo de licenciamento ou outorga possa rebaixar a classificação de um rio para pior que Classe 2.

Sobre a barragem de Santo Hipólito, Apolo afirmou que a obra nunca foi demandada pelo povo da região, de forma que o projeto vem contra a vontade dos moradores. Para ele, "a transposição é do interesse da exportação de frutas e camarão do Ceará" e prejudicará todos os outros usos possíveis no restante da Bacia do São Francisco.

Segundo o ambientalista, a solução para o problema da falta de água para a agricultura familiar do semiárido brasileiro passa pelas obras hídricas financiadas pelo governo para captar água de chuva, não apenas dos telhados das construções, mas também das enxurradas: "É necessário coletar uma grande quantidade de água e armazená-la de forma correta, com orientação técnica, além de perfurar poços onde for possível".

Sr. Geraldo José dos Santos

O Vice-Diretor-Geral do Igam deu apoio ao Deputado Almir Paraca quanto à referência que o Deputado fez às barraginhas como forma de convivência com a seca. Segundo ele, o órgão mineiro não pretende perenizar cursos de água por meio dos grandes reservatórios, que considera "tecnicamente inconsequentes".

Na mesma linha, avaliou que a construção dos barramentos para a transposição do Rio São Francisco interfere também na autonomia do povo de Minas sobre suas águas, restando aos mineiros apenas os ônus do grande projeto do governo federal.

Sra. Cristina Chiodi

Em referência à exposição de Apolo Heringer, a representante da Amda pleiteou que as associações ambientalistas mineiras se articulem para pressionar as instituições do Estado até que se estabeleça um posicionamento oficial de Minas Gerais contra a transposição do Rio São Francisco.

Sr. Olavo Renígio Condé

O recém-empossado Presidente do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica Mineira do Rio Paracatu preferiu não se posicionar politicamente acerca das obras da transposição, tendo em vista as divergências internas no Comitê. Por outro lado, defendeu as medidas de revitalização do rio, para as quais solicitou empenho dos parlamentares presentes.

Sr. José Américo Daniel

O Presidente do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica Mineira do Rio Uruçua defendeu a construção das barraginhas em vez das obras dos barramentos decorrentes da transposição, considerando que as barraginhas implicariam menores custos e maiores resultados para os mineiros. Segundo ele, mesmo que as barragens venham a ter usos múltiplos, tais usos serão insignificantes para os habitantes da Bacia do Rio Uruçua, não compensando os prejuízos decorrentes da área inundada.

Vice-Prefeito Márcio Ângelo Júnior

O Vice-Prefeito de Santo Hipólito criticou a falta de envolvimento dos Prefeitos dos outros Municípios atingidos pelos barramentos e denunciou os impactos sobre a economia e o patrimônio cultural gerados pela barragem a ser construída em Santo Hipólito. Segundo ele, muitas terras produtivas serão alagadas, incluindo uma usina de álcool, que dá sustentabilidade a toda a comunidade de Senhora da Glória e região, além de grutas, igrejas, casarões, pontes, etc. Márcio Ângelo comentou também os impactos do barramento sobre o potencial pesqueiro da região, apontando que já houve episódios de suspensão da pesca em virtude da qualidade das águas, que estavam contaminadas pelas cianobactérias.

Por fim, o Vice-Prefeito trouxe o posicionamento do Poder Executivo municipal como contrário à construção do barramento, reportando o empenho da administração de Santo Hipólito em regularizar as terras do Distrito de Senhora da Glória, onde quase não há títulos de propriedade das terras que deverão ser alagadas, para evitar que a comunidade seja prejudicada no caso de futuras indenizações.

Prefeito Ricardo de Castro Machado

O Prefeito de Presidente Juscelino marcou a posição municipal contrária ao barramento no Rio das Velhas e relatou que, desde 2007, quando surgiram os primeiros rumores da barragem, "não se vende e não se compra um pedaço de terra e também ninguém investe, o que vem ampliando o êxodo rural". Para o Prefeito, o Município precisa de uma definição sobre a construção da barragem, com informações precisas sobre a área alagada e as consequências para a população local. Assim, solicitou à Assembleia Legislativa e ao governo de Minas uma posição oficial para o caso da barragem que atingirá Santo Hipólito.

Sr. Afonso de Jesus Silveira Andrade

O Presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste e membro da Câmara Técnica de Outorga do Comitê da Sub-Bacia Geográfica Mineira do Rio Paracatu posicionou-se contrário aos barramentos para as Bacias dos Rios Uruçua e Paracatu, na forma como propostos, avaliando como absurda a construção de barragens para regularização de vazão dos rios.

Afonso Andrade alertou sobre a forma desconexa como são tratadas as obras em uma mesma bacia hidrográfica, considerando que, além dos referidos barramentos no âmbito do projeto de transposição do Rio São Francisco, outras 36 Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs – estão previstas para as Bacias do Paracatu e do Uruçua, raramente considerando a discussão desses projetos o conjunto dos impactos por eles causados.

O Presidente de Agência indicou, ainda, o grande volume de água que a construção dos barramentos irá aportar às obras da transposição, apontando a importância estratégica das águas mineiras para a transposição. Assim, demandou uma solução estadual para o problema, avaliando que os Municípios não têm força política suficiente para esse embate com o governo federal.

Debates

Sr. Procópio de Castro

Para o mobilizador do Projeto Manuelzão, a Lagoa da Pampulha é exemplo do que ocorrerá, caso se construa uma barragem a jusante da Região Metropolitana de Belo Horizonte, no Rio das Velhas: "Todos sabemos o que acontece lá: mau cheiro e assoreamento. Conhecemos a qualidade daquelas águas". Segundo ele, logo após a construção do barramento haverá navegação, com barcos e iates, mas, com o tempo, a qualidade da água repelirá qualquer tipo de uso recreativo.

Procópio ainda afirmou que os projetos de barramentos não se enquadram em medidas de revitalização do Rio São Francisco, mas sim de retenção de água para sua transposição, não tendo sido elaborados para irrigação nem para a produção de energia elétrica. Por fim, o ambientalista reclamou medidas para aproveitamento das águas de chuva e para a contenção do desmatamento.

Sr. Antônio Eustáquio Vieira

O Presidente do Movimento Verde de Paracatu posicionou-se contra a transposição do São Francisco, denunciando que os valores que já foram gastos com a transposição equivalem ao previsto para a execução da totalidade da obra. Segundo ele, "empresas que tinham a possibilidade de receber 25% de aditivo nas obras já receberam 300%, porque a obra não foi estudada". Antônio Vieira defendeu as barraginhas como a alternativa mais adequada para o armazenamento de água, avaliando que não existe projeto de revitalização sem revegetação e, muito menos, com barramentos.

O ambientalista também relatou ter solicitado ao governo federal informações sobre o cumprimento das condicionantes do projeto de transposição do Rio São Francisco, não tendo obtido resposta há mais de sete meses. Sendo o representante das entidades ambientalistas brasileiras no Conselho Nacional de Meio Ambiente – Conama –, Antônio Vieira prometeu continuar pleiteando tais informações, para que estas possam ser apresentadas à sociedade.

Sr. Guilherme Coure Nogara

Guilherme Nogara defendeu uma visão sistêmica sobre as intervenções na natureza e destacou a formação de vários movimentos sociais pautados por esse entendimento, como o Coletivo Jovem de Meio Ambiente.

Sra. Maria Tereza Pena

Maria Tereza manifestou-se contrária aos barramentos e favorável ao planejamento territorial. Ainda, criticou a degradação ambiental causada por chacreamentos e loteamentos irregulares e construções às margens dos rios, em especial em Belo Horizonte e na Região Metropolitana.

Sr. Juvenal Caldeira Neto

Morador de Senhora da Glória, Juvenal Caldeira falou do apego sentimental e do vínculo cultural que os moradores dessa localidade têm com suas casas, sua vizinhança e sua comunidade. Assim, questionou a legitimidade de um projeto de governo que virá a remover mais de 800 pessoas, inundando suas referências pessoais de lugar: "Deixo aqui um apelo que não é meu, mas da comunidade, pois não se pode afogar a história de vida de um povo às margens de uma ambição política".

Sr. Rafael Bernardes

O integrante do Projeto Manuelzão questionou aos membros dos Comitês da Sub-Bacia Hidrográfica Mineira dos Rios Paracatu e Uruçua sobre as obras relacionadas ao projeto de transposição que já estariam em curso, citando como exemplo a duplicação da BR-040 e outras pequenas obras que vêm sendo realizadas na região de Santo Hipólito.

Em resposta, o Sr. Afonso de Jesus Silveira Andrade mencionou que, em 2010, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana investirá cerca de R\$100.000.000,00 em tratamento de esgotos e resíduos sólidos. Segundo o Presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Noroeste, essa ação tem por finalidade melhorar a qualidade da água que será utilizada na transposição.

Sra. Fernanda Maia

A consultora do Igam relatou o processo de elaboração do estudo de viabilidade das barragens das Bacias do Uruçua e do Paracatu, por ela acompanhado quando trabalhou na Prefeitura de Paracatu. Fernanda Maia considerou que a empresa vencedora da licitação para a execução de tais estudos tinha pouco conhecimento sobre as características biogeográficas e geomorfológicas da região.

Em especial, a consultora manifestou preocupações com os barramentos no Rio da Prata, devido à sua importância para a piracema e às contraindicações para a construção de barragens, dada a significativa carga de sedimentos que carrega; e no Rio do Sono, devido à grande beleza cênica e potencial turístico que possui.

### III – Correspondência

Extemporaneamente, esta Comissão recebeu o Ofício nº 975/2009/PR/GB, da Codevasf, por meio do qual seu Presidente, Sr. Orlando Cezar da Costa Castro, informa que "a construção dessas barragens, inicialmente previstas no âmbito do Projeto de Transposição do Rio São Francisco, foi retirada do PAC, em razão de o governo do Estado de Minas Gerais, representado pela Diretora-Geral do IGAM, Cleide Izabel Pedrosa de Melo, posicionar-se contrariamente a elas, conforme consta da ata de reunião realizada no dia 3/4/2009 (...)", motivo pelo qual considerou "dispensável a participação da Codevasf" nessa audiência pública. Anexa ao ofício estava a cópia da referida ata de reunião.

Cabe ressaltar que a retirada dos projetos de barramentos no Rio São Francisco do PAC não elimina a possibilidade de que tais obras sejam realizadas com recursos oriundos de outras fontes.

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2009."

Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de março de 2010.

Fábio Avelar, Presidente - Padre João - Antônio Júlio.

Às 15h26min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes, Domingos Sávio, Chico Uejo e Dilzon Melo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Uejo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matérias constantes na pauta e a discutir e votar pareceres de redação final e proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. Alysson Paolinelli publicado no "Diário do Legislativo" de 13/3/2010. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.095/2009 (relator: Deputado Domingos Sávio), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 5.582 e 5.602/2010. A seguir, submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.024, 4.055 e 4.059/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Presidente passa a presidência ao Deputado Chico Uejo, para apresentar requerimentos de sua autoria. Submetidos a votação, são aprovados os requerimentos dos Deputados Antônio Carlos Arantes, Chico Uejo, Dilzon Melo e Domingos Sávio em que solicitam sejam realizadas reuniões com representantes do Comitê Gestor da Câmara Técnica de Seguro e Crédito Rural da Seapa para avaliar a evolução do programa Minas + Seguro no Estado; e reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Município de São Sebastião do Paraíso, com a finalidade de debater a aplicação do Código Florestal Mineiro; Padre João em que solicita seja realizada audiência pública para debater os problemas gerados com o processo de falência da Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo - Capia -, localizada no Município de Campo do Meio. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de março de 2010.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Carlos Gomes - Dilzon Melo.

#### Ata da 2ª Reunião Ordinária da Comissão Especial da Minascaixa, em 16/3/2010

Às 16h33min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Agostinho Patrus Filho, Dalmo Ribeiro Silva e Dilzon Melo, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Weliton Prado. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Cecília Ferramenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidente declara empossado como Vice-Presidente o Deputado Agostinho Patrus Filho e informa que a reunião se destina a iniciar, em audiência pública, o processo de levantamento das informações atualizadas relativas aos imóveis resultantes dos antigos financiamentos habitacionais feitos pela extinta MinasCaixa e hoje administrados pela MGI Participações S.A. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Alencar Santos Viana Filho, Subsecretário, representando Sebastião Navarro Vieira Filho, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; Kleber Antonio de Campos, Superintendente Central de Operações Oficiais de Crédito da Secretaria de Estado de Fazenda; Joaquim Correia de Melo, Prefeito Municipal de Santana do Paraíso; Ricardo Lopes de Alvarenga, Gerente de Comercialização de Bens não de Uso, representando Enio Pereira Botelho, Diretor - Presidente da MGI - Minas Gerais Participações S.A.; Ronam Colansky Reis, Gerente de Crédito Habitacional da MGI - Minas Gerais Participações S.A.; Albeni Martins Lisboa, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Residencial Paraíso; Varley Cândido de Assis, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Águas Claras, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidente, na condição de coautora do requerimento que deu origem ao debate, faz considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento da Deputada Cecília Ferramenta e dos Deputados Agostinho Patrus Filho, Dalmo Ribeiro Silva e Dilzon Melo em que solicitam seja encaminhado à MGI - Minas Gerais Participações S.A. pedido de informações detalhadas sobre os imóveis objeto da Comissão Especial, especialmente os rurais, com vistas à regularização patrimonial desses imóveis. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de março de 2010.

Cecília Ferramenta, Presidente.

#### Ata da 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 24/3/2010

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Célio Moreira, Delvito Alves, Padre João, Sebastião Costa, Antônio Júlio e Délio Malheiros, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sávio Souza Cruz, Adelmo Carneiro Leão, Neider Moreira, Zé Maia, Agostinho Patrus Filho e Lafayette de Andrada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Delvito Alves, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 4.384 e 4.388/2010 (Deputado Delvito Alves); 4.386/2010 (Deputado Célio Moreira); e 4.387/2010 (Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 124/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Chico Uejo); 4.147/2010 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 4.384/2010 com as Emendas nºs 1 a 3 (relator: Deputado Delvito Alves); 4.386/2010 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Célio Moreira). Nesse momento, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva transfere a Presidência ao Deputado Sebastião Costa e retira-se do recinto para presidir a reunião da Comissão Especial de Arbitragem. Com a palavra, o Deputado Sebastião Costa, relator do parecer sobre o Projeto de Lei nº 4.387/2010 emite parecer que conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade com as Emendas de nºs 1 a 9. Anunciada a discussão, o Presidente, Deputado Sebastião Costa informa que sobre a mesa se encontra proposta de emenda do Deputado Sargento Rodrigues. Encerrada a discussão, o Presidente submete a votação o parecer, salvo proposta de emenda apresentada, que é aprovado. A seguir, submete a votação a proposta de emenda, que é rejeitada. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.388/2010 com as Emendas nºs 1 a 4 (relator: Deputado Delvito Alves). O Projeto de Lei nº 4.389/2010 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Sebastião Costa, aprovado pela Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de março de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

#### Ata da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 24/3/2010

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Braulio Braz, Dimas Fabiano e Ademir Lucas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Braulio Braz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de

requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 630/2007, 3.531, 3.672, 3.755, 3.913, 3.939, 3.980, 3.922, 4.007, 4.049, 4.040 e 4.074/2009 (Deputado Ademir Lucas); 4.041, 4.053, 4.064, 4.072, 4.076 a 4.079 e 4.082/2009 (Deputado Dimas Fabiano). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 630/2007. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.531, 3.672, 3.755, 3.913, 3.939, 3.980, 3.922, 4.007, 4.049, 4.040, 4.074, 4.041, 4.053, 4.064, 4.072, 4.076 a 4.079 e 4.082/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de março de 2010.

Dimas Fabiano, Presidente - Ademir Lucas - Lafayette de Andrada.

Ata da 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 24/3/2010

Às 15h41min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Lafayette de Andrada, Neider Moreira, Padre João, Antônio Júlio (substituindo o Deputado Ivair Nogueira, por indicação da Liderança do Bloco PT-PMDB-PCdoB), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sebastião Costa, Célio Moreira, Dalmo Ribeiro Silva e Adeldo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e suspende a reunião por uma hora. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença dos Deputados Ivair Nogueira e Sávio Souza Cruz (substituindo o Deputado Padre João, por indicação da Liderança do Bloco PT-PMDB-PCdoB). Está presente, também, o Deputado Weliton Prado. A Presidência comunica o recebimento de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofício da Sra. Maria Gonçalves de Faria, representante dos aposentados civis do Estado (19/3/2010). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber requerimento do Deputado Weliton Prado, por guardar identidade com requerimento anteriormente protocolado; e informa que faz retirar da pauta da reunião o Projeto de Lei nº 4.389/2010, por falta de pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.147/2010 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Lafayette de Andrada), 4.257/2010 (relator: Deputado Neider Moreira), 4.384/2010 com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Délio Malheiros) e 4.386/2010 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Délio Malheiros). Na fase de discussão do parecer sobre o Projeto de Lei nº 4.387/2010, no 1º turno, o qual conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 a 9, da Comissão de Constituição e Justiça, e com as Emendas nºs 10 a 12 (relator: Deputado Délio Malheiros), foram apresentadas as Propostas de Emenda nºs 1, do Deputado Sargento Rodrigues, e 2 a 12, do Deputado Weliton Prado. Encerrada a discussão, o Presidente defere requerimento do Deputado Weliton Prado solicitando votação destacada das Propostas de Emenda nºs 3 e 12. Submetido a votação, é aprovado o parecer, salvo propostas de emenda e destaques. Submetidas a votação, são rejeitadas as Propostas de Emenda nºs 1 a 12 e as Propostas de Emenda nºs 3 e 12, destacadas. Fica, portanto, aprovado, no 1º turno, o parecer pela aprovação do 4.387/2010, que conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 a 9, da Comissão de Constituição e Justiça, e com as Emendas nºs 10 a 12. Na fase de discussão do parecer sobre o Projeto de Lei nº 4.388/2010, no 1º turno, que conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 5 (relator: Deputado Délio Malheiros), foi apresentada a Proposta de Emenda nº 1, do Deputado Weliton Prado. Posto em votação, o parecer e a proposta de emenda, cada um por sua vez, é aprovado o parecer, e é rejeitada a Proposta de Emenda nº 1. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Délio Malheiros em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a situação em que se encontra o Hospital do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de março de 2010.

Délio Malheiros, Presidente - Padre João - Gustavo Corrêa - Ivair Nogueira.

Ata da 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 26/3/2010

Às 11h15min, comparece no Clube Santacruzense Catolino Novaes, no Município de Santa Cruz do Escalvado, o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscrive. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, denúncias de violação de direitos humanos por parte do Consórcio Candonga, que não tem implementado medidas mitigadoras dos impactos socioeconômicos e ambientais da construção da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, localizada no Município de Santa Cruz do Escalvado. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Maria Juanita Godinho Pimenta, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social - Ceas-MG -; e os Srs. Gilmar de Paula Lima, Prefeito Municipal de Santa Cruz do Escalvado; Leonardo Pereira Rezende, advogado da área de meio ambiente do Município de Santa Cruz do Escalvado; Ricardo Carneiro, assessor jurídico, representando Joel Vidal Filho, Gerente-Geral do Consórcio Candonga; José Antônio dos Santos, representante dos atingidos pela Usina Hidrelétrica Risoleta Neves; Silvério da Luz, Vice-Prefeito Municipal de Rio Doce; Carlos Guiduci Soares, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Rio Doce, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de março de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 29/3/2010

Às 9h45min, comparecem no Plenário da Câmara Municipal de Peçanha os Deputados Wander Borges e Carlin Moura (substituindo a Deputada Cecília Ferramenta, por indicação da Liderança do Bloco PT-PMDB-PCdoB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Wander Borges, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, questões relacionadas à pavimentação asfáltica em diversos trechos de estradas que ligam os Municípios de Peçanha,



Virgolândia e Coroaci e comunica o recebimento de ofício do Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães, Diretor Executivo do Instituto Cenibra, em que agradece o convite para participar desta reunião, justifica sua ausência e indica representantes dessa empresa para dela participarem. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.232/2009, em turno único, do qual designou como relator o Deputado Ademir Lucas. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Marcos Geraldo Godinho Pereira e Danilo José Vieira da Silva, respectivamente, Prefeito e Vice-Prefeito de Peçanha; Vereador José Renato Bravieira, Presidente da Câmara Municipal de Peçanha; Carlos Fernando Ferrarezi Guimarães, Coordenador Regional da 2ª CRG-DER-MG, em Guanhães, representando o Diretor-Geral da autarquia, José Élcio Santos Monteze; Luiz Sérgio Pereira Curti, Coordenador Regional de Silvicultura da Cenibra em Guanhães; Geraldo Ferreira da Silva, Prefeito Municipal de Frei Lago Negro; Francisco de Souza Leite, Prefeito Municipal de Virgolândia; José de Fátima Oliveira, Prefeito Municipal de São José do Jacuri, e Marcelo Siman, Chefe de Gabinete da Prefeitura de Coroaci, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlin Moura, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de março de 2010.

Ademir Lucas, Presidente - Carlos Gomes - Doutor Ronaldo.

Ata da 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 30/3/2010

Às 9h10min, comparece no Auditório 2001 da Faculdade de Letras da UFMG o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a obter, em audiência pública, esclarecimentos sobre denúncias de violação de direitos humanos e criminalização do movimento de estudantes da UFMG. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião, para ouvir as Sras. Maria Luíza Anália da Silva, Tesoureira da Ames - BH; Simone Baccharini Nogueira, Procuradora-Geral da UFMG; Carmela Maria Polito Braga, Pró-Reitora Adjunta de Graduação; Seme Gebara, Presidente da Fump, representando Clélio Campolina Diniz, Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais; e os Srs. João Pinto Furtado, Assessor da Reitoria, também representando Clélio Campolina Diniz, Reitor da UFMG; Bismark Vaz da Costa, Diretor do Instituto de Ciências Exatas da UFMG - Icx -; Leonardo Pericles, Diretor de Universidades Públicas da União Nacional dos Estudantes - UNE -; Élcio Pacheco, membro da Rede Nacional de Advogados Populares - Renap - e Assessor Jurídico da Comissão Pastoral da Terra em Minas Gerais - CPT -; Giovane Azevedo, representando José Lopes de Siqueira Neto, Presidente do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros - APUBH -; Matheus Malta Rangel, Diretor de Políticas Educacionais da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais - UEE-MG -; e Henrique Pereira de Almeida, Diretor de Relações Públicas do Centro Acadêmico Afonso Pena da Faculdade de Direito da UFMG - Caap - Direito UFMG -; que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de março de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

Ata da 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 30/3/2010

Às 14h2min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Carlos Gomes (substituindo o Deputado Vanderlei Miranda, por indicação da Liderança do Bloco PT-PMDB-PCdoB) e João Leite (substituindo o Deputado Fahim Sawan, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, a conduta de policiais militares que, em razão de envolvimento com traficantes de drogas desta Capital, estariam perseguindo o filho de uma moradora do Bairro Concórdia. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião, para ouvir a Sra. Vânia Aparecida Pires da Cruz e o Sr. José Edson Bastos de Oliveira, advogado, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (12) em que solicita seja encaminhado ao Promotor de Justiça titular da Comarca de Ipanema, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e ao Chefe da Polícia Civil pedido de providências para a apuração de denúncias de abuso e violência policial supostamente praticados contra cidadãos nesse Município, e que seja encaminhada às referidas autoridades e ao Poder Judiciário local cópia das notas taquigráficas da audiência pública realizada em 24/3/2010; seja encaminhado à Corregedoria e ao 12º Batalhão da PMMG pedido de informações sobre a apuração da conduta do Cabo Antônio Carlos de Oliveira Filho e de outros militares supostamente envolvidos em casos de violência policial no Município de Ipanema, bem como pedido de providências para a investigação sobre novas denúncias apresentadas por moradores da região durante a referida audiência pública; seja encaminhado à Ouvidoria Educacional do Estado pedido de providências para a apuração da denúncia de perseguição contra a esposa do Cabo Antônio Carlos de Oliveira Filho, professora da rede pública; seja encaminhado ao Detran-MG pedido de providências para a apuração das denúncias de que veículos em situação irregular estariam sendo usados por policiais nos Municípios de Ipanema e Pocrane; seja encaminhada ao Conselho Nacional do Ministério Público, à Promotoria do Meio Ambiente de Ponte Nova e à Corregedoria-Geral do Estado cópia das notas taquigráficas da reunião realizada em 26/11/2010, no Município de Santa Cruz do Escalvado; seja encaminhado à Corregedoria-Geral do Estado pedido de providências para que se investigue a ausência dos servidores Danilo Vieira Júnior, Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram - Zona da Mata, e Geraldo Fausto da Silva, Vice-Diretor-Geral do IEF, na audiência pública do dia 26/3/2010, em que foi cobrado o cumprimento de medidas socioeducativas pelo Consórcio Candonga, e para que se discuta a omissão desses órgãos na fiscalização do empreendimento; seja encaminhado ao Conselho Nacional do Ministério Público pedido de providências para que investigue a omissão do CAO-MP de Meio Ambiente, que não respondeu ao requerimento do Conselho Estadual de Assistência Social, encaminhado em 2005, solicitando o cumprimento de duas cláusulas socioambientais pelo Consórcio Candonga nos Municípios de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce; seja encaminhado à Subsecretaria de Administração Prisional e à Corregedoria do Sistema Prisional pedido de providências para a apuração de denúncia de suposto assédio moral e perseguição política pelo Diretor-Geral e pelo Diretor de Segurança do Presídio de Januária contra Wellington Borges Lisboa; seja encaminhado à 20ª Companhia do 16º Batalhão de Polícia Militar pedido de informações sobre policiais militares lotados nesse batalhão; seja encaminhada à Corregedoria da Polícia Militar e à Ouvidoria da Polícia Militar cópia das notas taquigráficas da reunião, para tomada de providências cabíveis; seja encaminhado à Juíza Federal Substituta Anna Cristina Rocha Gonçalves, da 14ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais, ao Sr. Élcio Pacheco, Assessor Jurídico da Comissão Pastoral da Terra em Minas Gerais, e à Sra. Maria Paula Dallari Bucci, Secretária de Ensino Superior do Ministério da Educação, cópia das notas taquigráficas da 12ª Reunião Extraordinária da Comissão; sejam encaminhados ao Sr. Clélio Campolina Diniz, Reitor da UFMG, cópia das notas taquigráficas da 12ª Reunião Extraordinária e pedido de providências para avaliação a possibilidade de reabrir-se o processo de jubilação dos estudantes Leonardo Pericles e Matheus Malta Rangel; José Henrique em que solicita seja encaminhado ao Promotor de Justiça da Comarca de Ipanema pedido de providências para que se estude a possibilidade de celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - entre o Ministério Público e os empreendedores do Residencial São Francisco, localizado nesse Município, tendo em vista denúncia de que o referido loteamento teria sido entregue sem a execução da infraestrutura de saneamento básico, calçamento, preservação de áreas verdes e outras exigências da Lei Federal nº 6.766, de 1979, e da Lei Municipal nº 1.173, de 2000. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de março de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

## ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 6/4/2010

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.215/2008, do Governador do Estado, que aprova o Plano Estadual de Educação de Minas Gerais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Educação opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Educação. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Educação, que opina pela aprovação das Emendas nºs 38, 41, 43 e 44, na forma proposta; das Emendas nºs 5 a 8, 10, 12, 13, 16, 17, 25, 26, 29, 32, 34, 35, 39, 40, 42 e 46, na forma das Subemendas nº 1, apresentadas, e pela rejeição das Emendas nºs 4, 9, 11, 14, 15, 18 a 24, 28, 30, 31, 33, 36, 37 e 45.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que dá nova redação ao art. 273 da Constituição do Estado.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.612/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que institui a notificação compulsória a ser adotada pelos estabelecimentos de ensino, nos casos de violência contra a criança e o adolescente, no âmbito do Estado. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.417/2009, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.542/2009, do Deputado Doutor Viana, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da maçonaria localizadas no Estado. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.586/2009, do Deputado Ruy Muniz, que institui a Política Estadual da Saúde do Homem e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Cultura e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.857/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.086, de 6/12/2001. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.858/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/95. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Assuntos Municipais e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.144/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.406, de 28/1/94, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de

Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.207/2010, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Federal de Ouro Preto - Ufop - o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.388/2010, do Governador do Estado, que institui a prorrogação, por sessenta dias, da licença - maternidade, no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 5, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 5, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 6/4/2010

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.202/2010, do Deputado Gilberto Abramo; 4.332/2010, do Deputado Carlin Moura; 4.343/2010, do Deputado Wander Borges.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.159/2010, do Deputado Carlos Gomes; 2.525/2008, do Deputado Durval Ângelo; 3.391/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.839/2009, do Deputado Domingos Sávio; 3.845/2009, do Deputado Delvito Alves; 3.871/2009, do Deputado Duarte Bechir; 3.887/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 3.987/2009, do Deputado Arlen Santiago; 3.993 e 4.000/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 4.033 e 4.034/2009, do Deputado Ruy Muniz; 4.061/2009, do Deputado Weliton Prado; 4.125/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 4.138/2010, do Governador do Estado; 4.151/2010, do Deputado Arlen Santiago; 4.168/2010, do Deputado Leonardo Moreira; 4.176/2010, do Deputado Zé Maia; 4.183, 4.184 e 4.188/2010, do Deputado Gustavo Valadares; 4.238/2010, do Deputado Délio Malheiros; 4.253/2010, do Deputado Célio Moreira; 4.286/2010, do Deputado Leonardo Moreira; 4.316/2010, do Deputado José Henrique; 4.326/2010, do Deputado Zé Maia; 4.344/2010, do Deputado Carlin Moura; 4.366/2010, do Deputado Padre João.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 138/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 179/2007, do Deputado Gustavo Valadares; 3.576/2009, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 3.705/2009, da Deputada Gláucia Brandão; 3.732/2009, do Deputado Zezé Perrella; 3.747/2009, do Deputado Arlen Santiago; 4.016/2009, do Deputado Neider Moreira; 4.018 e 4.019/2009, do Deputado Weliton Prado; 4.063/2009, do Deputado Zezé Perrella; 4.229/2010, do Deputado João Leite; 4.278/2010, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 4.299/2010, do Deputado Antônio Júlio; 4.300/2010, do Deputado Carlos Gomes; 4.302/2010, do Deputado Wander Borges; 4.306, 4.308, 4.309 e 4.310/2010, do Deputado Padre João; 4.311/2010, do Deputado Dimas Fabiano; 4.313/2010, do Deputado Dinis Pinheiro; 4.314/2010, da Deputada Ana Maria Resende; 4.315/2010, do Deputado Alencar da Silveira Jr; 4.319/2010, do Deputado Carlos Gomes; 4.320/2010, do Deputado Duarte Bechir; 4.322 e 4.323/2010, do Deputado Lafayette de Andrada; 4.324/2010, do Deputado Ivair Nogueira; 4.325/2010, do Deputado Padre João; 4.327 e 4.328/2010, do Deputado Antônio Júlio; 4.333/2010, do Deputado Carlin Moura; 4.339 e 4.340/2010, do Deputado Inácio Franco; 4.341 e 4.342/2010, do Deputado Hely Tarquínio; 4.352/2010, do Deputado Antônio Júlio; 4.353/2010, do Deputado Lafayette de Andrada; 4.357 e 4.358/2010, do Deputado Dimas Fabiano; 4.367/2010, da Deputada Cecília Ferramenta; 4.371/2010, do Deputado Jayro Lessa; 4.375 e 4.376/2010, do Deputado João Leite; 4.382/2010, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 6/4/2010

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater as consequências, para o consumidor brasileiro, do "recall" de veículos feito pela montadora Toyota nos Estados Unidos e na Europa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 6/4/2010

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.087/2009, do Deputado Eros Biondini.

Requerimentos nºs 5.347 e 5.350/2010, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; 5.673/2010, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; 5.680/2010, do Deputado Sávio Souza Cruz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 6/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.784 e 5.786/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Finalidade: discutir questões relativas ao credenciamento, pelo Detran-MG, de clínicas autorizadas a realizar exames psicotécnicos e de centros de formação de condutores.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 6/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.619/2010, do Deputado Dimas Fabiano; 5.627 e 5.628/2010, da Deputada Ana Maria Resende e dos Deputados Ruy Muniz, Gil Pereira, Arlen Santiago, Paulo Guedes e Carlos Pimenta; 5.665/2010, do Deputado Weliton Prado; 5.669 e 5.672/2010, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; 5.688/2010, do Deputado Weliton Prado; 5.711/2010, da Deputada Ana Maria Resende; 5.782/2010, do Deputado Wander Borges; 5.785/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 6/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 3ª Reunião Ordinária da Comissão Especial da Minascaixa, a realizar-se às 16h30min do dia 6/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 7/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.203/2010, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 7/4/2010

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater questões relativas ao mal de Parkinson e as providências que podem ser tomadas pelo Estado para melhorar a qualidade de vida dos portadores dessa doença.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 6/4/2010, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que dá nova redação ao art. 273 da Constituição do Estado, e dos Projetos de Lei nºs 2.215/2008, do Governador do Estado, que aprova o Plano Estadual de Educação de Minas Gerais, 2.612/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que institui a notificação compulsória a ser adotada pelos estabelecimentos de ensino, nos casos de violência contra a criança e o adolescente, no âmbito do Estado, 3.417/2009, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica, 3.542/2009, do Deputado Doutor Viana, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da maçonaria localizadas no Estado, 3.586/2009, do Deputado Ruy Muniz, que institui a Política Estadual da Saúde do Homem e dá outras providências, 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006, 3.857/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.086, de 6/12/2001, 3.858/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/95, 4.144/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.406, de 28/1/94, e dá outras providências, 4.207/2010, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Federal de Ouro Preto - Ufop - o imóvel que especifica, e 4.388/2010, do Governador do Estado, que institui a prorrogação, por sessenta dias, da licença-maternidade, no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 5 de abril de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.203/2010

#### Comissão de Direitos Humanos

#### Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Homossexual de Ajuda Mútua – Shama –, com sede no Município de Uberlândia.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ele, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.203/2010 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Homossexual de Ajuda Mútua – Shama –, com sede no Município de Uberlândia, entidade sem fins econômicos, cujo objetivo principal consiste na defesa da liberdade de orientação sexual dos indivíduos.

São também objetivos da Shama o combate às doenças sexualmente transmissíveis, a promoção e a difusão da cultura e do turismo voltados às minorias sexuais e a defesa do meio ambiente.

Para tanto, a Associação busca resgatar, incentivar e fortalecer a cidadania das minorias sexuais, garantir o respeito às diferentes expressões

homossexuais e incentivar a solidariedade às vítimas de atos de opressão, violência, preconceito ou discriminação.

Por fortalecer o processo de participação concreta dessas minorias na consolidação da cidadania, consideramos que a entidade é merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.203/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2010.

Durval Ângelo, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 3.501/2009

Comissão de Administração Pública

#### Relatório

De iniciativa do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, o Projeto de Lei nº 3.501/2009 "altera o quadro de cargos da Secretaria do Tribunal de Justiça".

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Em virtude de requerimento do Deputado Paulo Guedes, devidamente aprovado, foi o projeto encaminhado à Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, que perdeu prazo para a emissão de parecer. Assim, por força de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, que foi deferido na reunião de 3/3/2010, vem a matéria a esta Comissão, para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, I, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, por meio de seu Presidente, encaminhou a Assembleia o projeto de lei em exame, cujo objetivo é criar cargos na estrutura desse Tribunal, de modo a viabilizar a instalação de duas novas Câmaras.

O art. 1º do projeto enumera os cargos a serem criados. São 30 cargos de Assessor Judiciário, PJ-77, de recrutamento amplo, código de grupo TJ-DAS-03; 2 cargos de Gerente de Cartório, PJ-77, de recrutamento limitado, código de grupo TJ-DAS-05; 2 cargos de Escrevente, PJ-69, de recrutamento limitado, código de grupo TJ-CAI-01; 20 cargos de Assistente Judiciário, PJ-29, de recrutamento amplo, código de grupo TJ-CAI-08. De acordo com o art. 2º, o provimento dos cargos ficaria condicionado à existência de disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros, a ser verificada pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da proposição com as Emendas nºs 1 e 2. Argumentou que o projeto observou a reserva de iniciativa, bem como as regras constitucionais para a investidura em cargo público e para fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório. Quanto às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, deixou consignado que o Tribunal encaminhou à Assembleia informações sobre o impacto financeiro da proposta, cujo conteúdo será analisado na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

A Emenda nº 1 suprimiu o art. 2º do projeto. Entendeu a Comissão que a regra prevista no referido dispositivo era desnecessária, tendo em vista que a Lei de Responsabilidade Fiscal considera nulo de pleno direito o ato que provoque aumento de despesa com pessoal e não atenda às exigências dos seus arts. 16 e 17 e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal. A Emenda nº 2, em respeito à boa técnica legislativa, acrescentou o comando necessário para introduzir as mudanças pretendidas.

Em vista dessas considerações, passamos à análise do projeto, no âmbito de nossa competência regimental.

Em dezembro de 2004, foi publicada a Emenda à Constituição nº 45, conhecida como a Emenda da Reforma do Poder Judiciário. Um de seus objetivos centrais foi introduzir mecanismos para enfrentar um dos maiores problemas de nosso sistema: a morosidade no julgamento dos processos judiciais. A Constituição da República passou a prever expressamente a duração razoável do processo, erigida como direito fundamental de todos. Embora a simples inserção de tal dispositivo no Texto Constitucional não seja capaz de, por si só, gerar as mudanças práticas pretendidas, tem-se observado que, nesse caso, a mudança no Texto Constitucional tem sido acompanhada por um maior empenho para melhorar a qualidade do serviço jurisdicional prestado e para ampliar o acesso do cidadão brasileiro à Justiça. Tais esforços têm se realizado especialmente por meio de uma articulação nacional entre os órgãos do Poder Judiciário sob o comando do Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle da atuação administrativa e financeira dos tribunais (art. 103-B, § 4º, da Constituição da República). Um dos focos da atuação do Conselho é promover o planejamento e a gestão estratégica no âmbito do Poder Judiciário, nos moldes estabelecidos pela Resolução nº 70, de 2009, daquele órgão.

Por essa ótica, no 2º Encontro Nacional do Judiciário, realizado no dia 16 de fevereiro, em Belo Horizonte, os tribunais brasileiros estabeleceram 10 metas que o Judiciário deveria atingir no ano de 2009. De acordo com informações colhidas no sítio eletrônico do Conselho Nacional de Justiça, o Judiciário, atualmente, está voltado para a realização da meta nº 2: "Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005 (em 1º grau, 2º grau ou tribunais superiores)". Em razão de tais deliberações, torna-se imperioso aperfeiçoar a estrutura do Judiciário, tendo em vista o cumprimento dos objetivos pactuados. A criação dos cargos atende, assim, a essa meta estabelecida, qual seja a de acelerar o julgamento dos processos mais antigos.

Em relação à forma de investidura dos cargos previstos no projeto de lei em análise, ressaltamos que a Constituição da República expressamente excepciona a nomeação para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração da regra geral de exigência de concurso público como condição para a investidura em cargo ou emprego público (art. 37, II); reserva-o, porém, apenas para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento. Os cargos previstos no projeto cumprem essa determinação. Com efeito, os cargos de Assessor Judiciário e Gerente de Cartório constam no Grupo de Direção e Assessoramento Superior (TJ-DAS), e os cargos de Escrevente e Assistente Judiciário, no Grupo de Chefia e Assessoramento Intermediário, nos termos da Lei nº 16.645, de 2007.

A Constituição também estabelece que os cargos em comissão deverão ser preenchidos por servidores de carreira nos casos, nas condições e nos percentuais mínimos previstos em lei (art. 37, V). A aplicação do dispositivo depende da prévia existência de lei regulamentadora. No nível federal, essa regulamentação já existe. Com efeito, a Lei nº 11.416, de 15/12/2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União, reserva pelo menos 50% dos cargos em comissão no âmbito de cada órgão do Poder Judiciário a servidores efetivos integrantes de seu quadro de pessoal, na forma prevista em regulamento (art. 5º, § 7º). No âmbito do Estado de Minas Gerais inexistente lei que fixe tal percentual; todavia, em 8/9/2009, a sessão plenária do Conselho Nacional de Justiça aprovou a Resolução nº 88, que disciplinou, entre outras matérias, os cargos em comissão. Com base nessa regra, pelo menos 50% dos cargos só poderão ser destinados a servidores das carreiras judiciárias, cabendo aos Tribunais de Justiça encaminhar projetos de lei de regulamentação do assunto. Nesse ponto, julgamos oportuna a transcrição do dispositivo:

"Art. 2º - (....)

§ 2º - Para os Estados que ainda não regulamentaram os incisos IV e V do art. 37 da Constituição Federal, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos cargos em comissão deverão ser destinados a servidores das carreiras judiciárias, cabendo aos Tribunais de Justiça encaminharem projetos de lei de regulamentação da matéria, com observância desse percentual".

Quanto ao valor da remuneração fixada, vale registrar que, por força do princípio da separação dos Poderes, cada órgão constitucional detém o poder-dever de, seguindo os critérios previstos no texto da Constituição da República, estabelecer os valores de remuneração de seus respectivos servidores, seguindo os parâmetros previstos no art. 39 da citada Carta, em vista das atribuições de cada um dos cargos.

Além disso, deve-se registrar que a atuação dos membros das Assembleias Legislativas estaduais se acha submetida, no processo de formação das leis, à limitação que veda a apresentação de emendas parlamentares de que resulte o aumento da despesa prevista "nos projetos sobre organização dos serviços administrativos dos tribunais", regra prevista nos arts. 63, II, e 68, II, respectivamente, da Lei Maior e da Carta mineira. Registre-se que tal dispositivo abrange a vedação de aumento de despesa em projeto de lei envolvendo servidores públicos, de acordo com jurisprudência assentada do Supremo Tribunal Federal. Veja-se, nesse sentido, ADI 1835 MC, relator: Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 13/8/98, "DJ", 4/2/2000, PP-00004 Ement Vol-01977-01 PP-00054; RE 301841, relatora: Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, julgado em 27/4/2004, "DJ", 14/5/2004, PP-00061 Ement Vol-02151-02 PP-00240).

Ressaltamos, ademais, que o Presidente do Tribunal de Justiça não inovou em relação à classificação nem à remuneração de cargos da Secretaria do Tribunal. Apenas adicionou cargos aos já existentes, obedecendo aos padrões que já constam na Lei nº 16.645, de 2007, que dispõe sobre os quadros de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Em vista das razões expostas, consideramos oportunas e convenientes as medidas consignadas na proposição, na medida em que contribuem para o cumprimento de metas estabelecidas pelo Poder Judiciário em benefício da celeridade processual, da razoável duração do processo e do acesso à Justiça.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.501/2009 com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 31 de março de 2010.

Délio Malheiros, Presidente e relator - Ivair Nogueira - Padre João - Gustavo Corrêa.

#### PARECER PARA O 2º TURNO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14/2007

#### Comissão Especial

#### Relatório

De autoria de um terço dos membros da Assembleia Legislativa, e tendo como primeiro signatário o Deputado Sargento Rodrigues, a Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007 dá nova redação ao art. 273 da Constituição do Estado.

Aprovada no 1º turno na forma do Substitutivo nº 2, retorna agora a proposição a esta Comissão, para receber parecer no 2º turno, nos termos do art. 189, combinado com o art. 111, I, "a", do Regimento Interno.

Segue, anexa, a redação do vencido, que é parte deste parecer.

#### Fundamentação

A proposição em análise tem por objetivo alterar o Texto Constitucional, para conferir ao Delegado de Polícia o mesmo tratamento dispensado às carreiras jurídicas que compõem o quadro de pessoal da administração pública estadual.

A alteração pretendida incidia, originalmente, sobre o art. 273 da Constituição mineira, estendendo aos Delegados prerrogativas e garantias funcionais próprias de Procuradores do Estado e de Defensores Públicos. Nos termos do vencido no 1º turno, a proposição passou a alterar o art. 140 de nossa Constituição, já que absorveu, integralmente, o texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2009, do Governador do Estado, que foi anexada à proposta em análise.

Reiterem-se, neste 2º turno, os argumentos expendidos por esta Comissão no 1º turno, os quais evidenciam dois pontos fundamentais, o primeiro constituindo premissa para o segundo, a saber: o cargo de Delegado de Polícia, em vista de sua complexidade e das peculiaridades jurídicas que envolvem o seu exercício, deve ser ocupado por bacharel em direito; dotado de natureza jurídica, o cargo em questão deve, por imposição lógica, compor as carreiras jurídicas do Estado.

Assinale-se que, a par da juridicidade sobre a qual se assenta a proposta de emenda à Constituição em estudo, a medida preconizada é extremamente oportuna para a gestão da segurança pública estadual, na medida em que contribui para fortalecer os vínculos orgânicos e hierárquicos que enredam o Delegado de Polícia na máquina pública.

Figura central nessa estrutura administrativa, o Delegado de Polícia Civil deve, para todos os fins, gozar de prerrogativas próprias de Procuradores do Estado e Defensores Públicos e, por que não dizer, de magistrados e membros do Ministério Público. Suas características especiais, como a responsabilidade funcional, a posição estratégica na organização burocrática, além do conteúdo jurídico de suas atribuições, o colocam em patamar não menos importante que o das outras funções públicas supracitadas. Deve, com efeito, integrar as carreiras jurídicas estaduais, abrangido por um estatuto legal que lhe garanta a devida autonomia, nela incluída carreira com vencimentos condizentes com sua importância, impedimento à ingerência de outros setores estatais em suas atividades, inamovibilidade e vitaliciedade, entre outros, além da proteção estatutária específica aos que exercem função policial.

Na forma aprovada no 1º turno, a proposição prevê a introdução de um novo parágrafo no art. 140, que se insere na Subseção II da Seção V do Capítulo II do Título III da Constituição, a qual trata da segurança pública. Ficaria explícito que o cargo de Delegado de Polícia Civil é privativo de bacharel em direito e integra, para toda e qualquer finalidade, as carreiras jurídicas do Estado de Minas Gerais. Visando a aprimorar a proposta, sugerimos nova redação para o parágrafo introduzido no art. 140 da Carta mineira, para dar a nomenclatura correta ao cargo e suprimir a expressão "privativo de bacharel em direito", exigência que já consta no § 3º do referido art. 140.

Verifica-se, portanto, que a proposta em epígrafe contém norma que inova na ordem constitucional estadual em harmonia com o direito e, no mérito, consiste em matéria dotada de significativa relevância, merecedora, portanto, de aprovação deste Parlamento.

#### Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela aprovação, no 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007 na forma do vencido no 1º turno com a Emenda nº 1 que apresentamos.

#### EMENDA Nº 1

Dê-se ao § 4º do art. 140, a que se refere o art. 1º, a seguinte redação:

"Art. 1º- (...)

"Art. 140 - (...)

§ 4º - O cargo de Delegado de Polícia integra, para todos os fins, as carreiras jurídicas do Estado.".

Sala das Comissões, 5 de abril de 2010.

Fahim Sawan, Presidente - Ivair Nogueira, relator - Adalclever Lopes - Lafayette de Andrada.

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14/2007

(Redação do Vencido)

Acrescenta parágrafo ao art. 140 da Constituição do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – O art. 140 da Constituição do Estado fica acrescido do seguinte § 4º:

"Art. 140 – (...)

§ 4º – O cargo de Delegado da Polícia Civil, privativo de bacharel em direito, integra, para todos os fins, as carreiras jurídicas do Estado.".

Art. 2º – Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

### CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

#### CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 31/3/2010, a seguinte correspondência:

#### OFÍCIOS

Do Sr. Dirceu Raposo de Mello, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa -, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Participação Popular encaminhado por meio do Ofício nº 2.018/2009/SGM.

Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.073/2009, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 4.073/2009.)

Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.294/2009, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Ophir Cavalcante Júnior, Presidente da OAB, agradecendo voto de congratulações formulado por esta Casa, em atenção a requerimento do Deputado Leonardo Moreira, pela assunção do referido cargo.

Do Sr. José Arcênio de Magalhães, Vereador à Câmara Municipal de João Monlevade, solicitando a intercessão desta Casa junto ao governo do



Estado a fim de que seja concedida às microempresas e às pequenas empresas isenção do pagamento de débitos iguais ou inferiores a R\$10.000,00, nos moldes da Lei Federal nº 11.941, de 27/5/2009. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG, justificando sua ausência em audiência pública para a qual foi convidado por esta Casa e comunicando que o DER-MG se fará representar pelo Sr. Carlos Fernando Ferrarezzi Guimarães, no referido evento. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Do Sr. Oliveira Santiago Maciel, Chefe do Detran-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.237/2009, do Deputado Délio Malheiros.

Do Sr. Rogério Aoki Romero, Secretário Adjunto de Esportes e da Juventude, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.291/2009, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Felipe Estabile Moraes, Chefe de Gabinete da Secretária de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.329/2009, da Comissão de Educação.

Do Sr. Antonio Gama Junior, Subcorregedor-Geral da Polícia Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.303/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do FNDE (2), informando a liberação dos recursos financeiros que menciona, destinados a garantir a execução de programas desse Fundo. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho, Diretor Executivo Corporativo da Embratel, encaminhando a relação de localidades atendidas por essa empresa no ano de 2009 e a previsão de metas para a universalização do serviço telefônico fixo comutado relativas ao ano de 2010. (- À Comissão de Transporte.)

Da Sra. Cristiana Fortini, Presidente do Instituto Mineiro de Direito Administrativo, solicitando a contribuição desta Casa na divulgação de evento desse Instituto a ser realizado em 26 e 27/4/2010. (- À Comissão de Administração Pública.)

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

21ª reunião ordinária da 4ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 25/3/2010

A Deputada Maria Tereza Lara\* - Nossos cumprimentos ao Deputado Weliton Prado, nosso atuante companheiro de partido, que preside esta reunião; aos Deputados e Deputadas; aos telespectadores da TV Assembleia, aos profissionais da Casa e ao público presente. Quero mencionar nossa participação em Brasília nessa terça-feira, no seminário "Mulheres do futuro - A formação de uma geração consciente", organizado pela bancada feminina da Câmara Federal e pela Procuradoria Especial da Mulher, recentemente criada naquela Casa. Ressalto que pontuamos a necessidade de a existência dessa Procuradoria Especial da Mulher ter repercussão nas Assembleias de todo o País, assim como de haver maior interlocução entre as bancadas femininas federal e estaduais - temos de formar uma rede, Deputada Gláucia Brandão, porque a ação das mulheres no País e no Estado é muito importante, sobretudo na defesa dos nossos direitos. Ora, o objetivo da Procuradoria é exatamente receber reivindicações da sociedade civil, promover a fiscalização e a defesa de direitos, além de receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias de violência e discriminação contra a mulher.

As palestrantes pontuaram aspectos dos direitos das mulheres, e o interessante é que foram exatamente aqueles que temos debatido nesta Casa. Problemas semelhantes foram levantados, como a necessidade de a mulher ocupar espaço no poder para colocá-lo a serviço de uma sociedade mais justa e igualitária. Também se destacou a questão da saúde da mulher, do direito à saúde e ao atendimento. Quanto à questão penitenciária, também destacada, mencionou-se que no Espírito Santo há uma penitenciária feminina em situação extremamente grave, de superlotação e desrespeito, sem qualquer possibilidade de ressocialização. Não defendemos a impunidade, mas queremos que o sistema penitenciário propicie a ressocialização. Sabemos que o custo "per capita" do sistema penitenciário brasileiro está hoje em torno de R\$2.300,00 por mês, e a situação é a mesma em Minas Gerais. Para a ressocialização, reservam-se de 10% a 15%, no máximo. Ou seja, estamos alimentando a violência com o sistema penitenciário que temos. Isso foi ressaltado principalmente em relação ao sistema penitenciário feminino, e temos de unir forças para avançar nesse aspecto.

Pontuamos, aliás, a questão da droga e do "crack". Os jovens de Minas têm debatido esse tema na Comissão de Segurança Pública. O uso do "crack" é um problema nacional. A grande maioria dos usuários era composta por rapazes, mas agora muitas jovens, mulheres e moças estão sendo atraídas pelo "crack", pela droga.

O Presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputado João Leite, está aqui. A nossa Comissão tem ido a todas as regiões de Minas Gerais para debater esse assunto, de extrema urgência e necessidade, pois devemos mudar realmente esse quadro. É participando, sugerindo, cobrando e apoiando ações positivas dos órgãos públicos que conseguiremos isso. Em Brasília, o uso do "crack" e de outras drogas pelas mulheres também foi destacado.

Podemos perceber que há necessidade premente da integração maior da bancada feminina. Mencionei em Minas e em Brasília o papel que a nossa bancada e a Comissão de Segurança Pública tiveram em relação ao caso do "serial killer" que atingiu tantas mulheres. Deputado João Leite, nosso Presidente, nessa questão mencionamos sempre que, definitivamente, não pode haver impunidade. De fato, a sociedade civil organizada, a Comissão de Segurança Pública desta Casa, que atuou na mobilização das famílias, e a imprensa possibilitaram melhor trabalho e mais agilidade no caso. A polícia antes teve um problema realmente sério em relação à impunidade nesse caso, pois esse "serial killer" havia cometido um crime, seu processo não tinha sido concluído e, quando ainda estava fora da cadeia, matou mais cinco mulheres. Mas, ao mesmo tempo, as Polícias Civil e Militar se integraram e deram uma resposta ágil à população. Isso aconteceu não apenas pelo próprio papel das polícias, que viram a urgência e a gravidade do caso e estiveram presentes várias vezes na Comissão de Segurança Pública, mas também pela pressão das famílias e da sociedade. Deputado João Leite, nosso Presidente, a nossa Comissão teve um papel importante nesse caso, e V. Exa. sabe disso. Passo a palavra ao nosso Presidente, Deputado João Leite.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputada Maria Tereza Lara, muito obrigado. Aproveito o pronunciamento de V. Exa. para agradecer-lhe. Agradecer o papel tão importante de V. Exa. na Comissão de Segurança Pública, sua disposição, sua disponibilidade e o planejamento que fizemos de visitar praticamente todo o Estado, 17 Regiões Integradas de Segurança Pública - Risps. V. Exa. esteve presente em todas as audiências.

Sua preocupação inicial com sua Betim trouxe um grande avanço para a cidade e, agora, para além de Betim, o avanço da Comissão de Segurança Pública praticamente em todo o Estado. Como V. Exa. disse, ouvindo e sugerindo buscamos melhoras para nossa população, para que tenha o sentimento de segurança. Além disso, gostaria de agradecer o seu esforço de estar presente em Brasília, em todos os encontros e na Conferência Nacional de Segurança Pública a fim de trazer informações à nossa Comissão.

Minha palavra, como Presidente, é de agradecimento a todo esse esforço que V. Exa. tem feito de estar em todos os lugares, cumprindo papel tão importante como Vice-Presidenta da Comissão de Segurança Pública, e totalmente comprometida. Muito obrigado. Se não fosse o desempenho de V. Exa., dificilmente teríamos conseguido realizar esse trabalho na Comissão. As visitas aos familiares das vítimas do "serial killer" foi um momento especialmente importante. Foi um momento em que houve grande reconhecimento das famílias, pois sentiam-se um pouco abandonadas e a Comissão de Segurança Pública e a Assembleia Legislativa estiveram presentes.

Então, gostaria de dizer-lhe uma palavra de agradecimento, de reconhecimento e de elogio ao trabalho e à presença de V. Exa. na Comissão de Segurança Pública. Muito obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara\* - Deputado João Leite, sou eu que lhe agradeço. Há, realmente, uma Presidência democrática, com disponibilidade, que acolhe as nossas sugestões. Precisamos estar juntos para melhorar essa situação. Confesso que, no início, quando fui para a Comissão, fiquei com um pouco de receio, porque não sou policial nem advogada, mas professora.

Nesse processo, pudemos perceber, principalmente no debate da Conferência Nacional de Segurança Pública, que passou pelas etapas municipais e estadual, a importância da prevenção. Assim, nós, professores, temos o papel importantíssimo de contribuir para que as políticas públicas sejam ampliadas, para que haja mais recursos para a educação e a saúde e os jovens não procurem o tráfico de forma alguma, visto que verão sentido na vida e sentirão que seus direitos serão garantidos. Agradeço a oportunidade de trabalharmos juntos. Queremos trabalhar muito mais nesse contexto.

Em Brasília, percebemos e confirmamos que muitos problemas que temos em Minas Gerais são problemas nacionais, a exemplo, principalmente, da questão do "crack", da droga. Temos que unir forças. O governo federal já criou uma Comissão para trabalhar e fazer um estudo aprofundado, a fim de, junto à esfera estadual e aos Municípios, avançarmos e superarmos o gravíssimo problema de violência, sobretudo das drogas, do tráfico, do "crack". Isso atinge todos, e agora vemos um envolvimento maior das mulheres. Temos que reverter esse quadro.

Falando em mulheres, sou professora aposentada, e estamos vendo a nossa categoria, através do Sind-UTE, reivindicar melhores salários. Já falei, nesta Assembleia, na reunião realizada hoje, pela manhã, sobre a importância da educação da necessidade de se tornar prioridade. A educação existe exatamente para não precisarmos construir cadeia. Temos que investir mais na educação. Não temos que ter medo, porque educação não é gasto, mas investimento. Deputado Carlos Pimenta, cada R\$1,00 que se aplicar em educação resultará em menos cadeias. Então, temos que unir forças. Todos os nossos governantes têm que estar convencidos de que precisamos de investimento maciço na educação, nas políticas públicas, para que possamos superar essa situação de violência.

Quanto a isso, há uma emenda do nosso Bloco PT-PCdoB-PMDB ao projeto de lei que trata do reajuste, referente ao vencimento-base do professor da educação básica. E queremos fazer um apelo para que tenhamos de fato, neste Estado, o atendimento à lei federal que define o piso para o pessoal do magistério. Com certeza absoluta, isso será revertido. Sabemos que se trata de uma necessidade, de justiça. Além da questão salarial, queremos muito mais. Para que haja educação de qualidade, devemos ter oportunidade de formação do professor e temos que unir forças. A escolas têm de estar cada vez mais abertas à sociedade, é preciso haver colegiados atuantes. Não há outro caminho, a não ser a educação, para garantirmos um desenvolvimento sustentável ao nosso país.

A escola de tempo integral é uma realidade em outros países da Europa, há bastante tempo. Não podemos mais atrasar isso. Temos de ter escolas de tempo integral para que os pais possam trabalhar com tranquilidade, sem deixarem crianças e adolescentes em casa. O governo federal tem investido nisso. Cito o exemplo de Betim, com 64 escolas municipais, onde já há 20 escolas de tempo integral, funcionando com recursos federais. É preciso dispormos de escolas de tempo integral no Estado inteiro para que possamos reverter esse quadro, para que homens e mulheres tenham seus direitos garantidos e para que possamos construir a sociedade com que tanto sonhamos: mais igual, mais justa, mais fraterna.

Não há outro caminho: "água mole em pedra dura tanto bate até que fura". Temos de bater nessa tecla a cada minuto a fim de unirmos forças e vencer. Tem de haver atuação e organização social das mulheres para conquistar esses direitos. Aliás, é importante que o sindicato da nossa categoria, o Sind-UTE, seja ouvido. O Deputado Padre João solicitou à Dra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento, que os receba, porque esse é o caminho: o diálogo. Tem de haver realmente negociação para avançarmos na área da educação, nos direitos, que são de todos, mas, sobretudo, das mulheres, pois a grande maioria dos que trabalham na área da educação é do sexo feminino.

Gostaria de fazer esse registro e convocar todos os 77 Deputados, principalmente a bancada feminina, para unirmos forças com o objetivo, de fato, de que a educação em Minas seja prioridade. Assim, as mulheres terão seus direitos garantidos: nem atrás, nem à frente, mas companheiras, ao lado dos homens, conquistando os seus direitos e transformando a sociedade, como já disse, numa sociedade mais justa, mais fraterna e mais igualitária. Obrigada.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio\* - De início agradeço ao nobre Deputado Weliton Prado, que ora preside esta reunião. De fato, é mais um ano de vida, de lutas. Tenho muito que agradecer a Deus, o dom da vida, a saúde, os amigos, a opção de vida de luta pelos que mais precisam do nosso trabalho. A vida pública nos dá sempre a possibilidade de lutar por causas que contemplem os que mais precisam. Precisamos de muita inspiração e sabedoria para fazer essa escolha, uma escolha pelos que mais necessitam, pelos mais pobres, pelos excluídos, por aqueles que estão sendo injustiçados, por temas e por ações que impactem de maneira positiva a vida dessas pessoas, melhorando a qualidade de vida de todos, como as questões das áreas de saúde, educação e segurança pública. Posso dizer, Deputado Weliton Prado, que, para mim, a oportunidade de servir e de poder estar hoje nesta Casa Legislativa é como se fosse um presente de Deus. Então, ocupo esta tribuna para falar de algo extremamente importante, para que essas escolhas se materializem, produzam resultados e melhorem a qualidade de vida das pessoas.

Refiro-me aos nossos servidores públicos, àqueles que, na prática, prestam serviços, enfrentam as dificuldades do dia a dia para educar e assistir às áreas da saúde e social, para implementar obras, ações e serviços que melhorem a qualidade de vida das pessoas. A política, a ação democrática, o debate, tudo isso seria vã filosofia ou mera teoria se não tivéssemos a materialização dos nossos sonhos na prestação dos serviços, na realização de obras e de benefícios que cheguem ao cidadão. Para isso, não podemos prescindir da figura do trabalhador, do servidor e do agente público. É isso que hoje ocupa a pauta da nossa Casa. Para minha felicidade, pois é o dia em que completo 53 anos de vida e tenho a missão de defender aqui bandeiras em que acredito, posso dizer, com muita segurança, que tenho lutado desde o primeiro dia para que haja valorização dos servidores públicos.

Tenho uma trajetória que me deu o privilégio de estar lado a lado com os servidores. Fui Vereador e convivi com o primeiro degrau da carreira

pública, onde se está ao lado do cidadão que busca solução para os seus problemas. Depois fui Prefeito, e aí se tem o primeiro desafio da vida pública: tentar resolver, de fato, os problemas. Nesse momento, logo percebemos que estamos atrasados na organização de um Estado democrático, pois as demandas estão lá no Município, mas a possibilidade de atendê-las, muitas vezes, não.

O Deputado Carlos Pimenta, grande batalhador, pessoa a quem tanto admiro - ele sabe muito bem disso -, é um lutador em defesa do municipalismo, do fortalecimento dos nossos Municípios para que possam apresentar soluções para os problemas. A saúde pública - o Deputado a conhece tão bem - retrata isso. É no Município, na saúde municipalizada, que está o cidadão procurando atendimento, mas nem sempre é lá que está o dinheiro para bancá-la. Com tristeza, vemos que até hoje não regulamentaram a Emenda nº 29 para garantir mais dinheiro do Estado e do governo federal para a saúde pública, já que praticamente todo Município mineiro gasta mais do que os 15% constitucionais que tem de gastar.

Refiro-me aos servidores em geral para lembrar que estamos com a nossa pauta voltada para debater e efetivamente votar o projeto de lei que possibilita o reajuste de, no mínimo, 10% para os servidores. Em alguns casos, esse índice chega a um patamar mais alto, e há algumas distorções que precisam ser corrigidas. Eu mesmo realizei várias audiências públicas nesta Assembleia. Se pegarmos servidores da área administrativa da educação, veremos que estão numa situação terrível e os próprios professores, também, é claro. Estão na mesma situação os profissionais da área de segurança pública - policiais civis e militares e Bombeiros, que enfrentam no dia a dia uma atividade penosa e de alto risco -, assim como todos os servidores. É muito difícil citar apenas alguns. Como disse, não há resultado na luta política se não há servidor para trabalhar. E não podemos dizer que um seja mais importante do que o outro: todos são fundamentais.

É importante lembrarmos o servidor inativo ou aposentado. Não podemos permitir o que se vem fazendo no Brasil com o aposentado. Já não basta o terrível exemplo da previdência pública, do INSS? O governo federal, o governo do PT tanto combateu, tanto disse que a situação era absurda e que iria resolvê-la, mas piorou. Hoje o aposentado é massacrado, com seu salário diminuindo mês a mês.

No momento de votar um projeto de lei referente a salário de servidores, temos de estar atentos para valorizar o público e compreender que todos os servidores são importantes, os ativos e os aposentados.

Faço essa reflexão porque, no ano passado, todos nós - digo todos nós da base do governo, que defendo com convicção não apenas nas horas boas - tivemos momentos difíceis. No ano passado, o governo não pôde dar o aumento. Eu e outros colegas da base do governo realizamos audiências públicas e pedimos ao Governador aumento. Fomos ao Prof. Anastasia, Vice-Governador, que será o Governador de todos os mineiros, e ele, com sua peculiar franqueza - é um homem verdadeiro, não é político de ficar com demagogia e enganação -, mostrou-nos os números do Estado. Na verdade, não foram apenas os números do Estado de Minas, mas do Brasil. O Brasil encolheu no ano passado, empobreceu. É duro dizer isso, porque todos temos um amor muito grande pelo País, pela Pátria e queremos o Brasil sempre crescendo. Felizmente, ele está crescendo novamente, mas no ano passado houve uma pequena redução, com - 0,2% de crescimento. Felizmente, a queda foi menor do que se previu. O certo é que o ano passado foi um ano difícil, mas nem por isso fiquei no estilo vira-folha. Eu e os colegas que aqui estão - Deputados Carlos Pimenta, Doutor Ronaldo e tantos outros - lutamos para conseguir melhoras, mas compreendendo a dificuldade do governo. E o governo assumiu um compromisso: na aplicação de tudo que conseguisse verificar como acréscimo de receita neste ano, a prioridade seria o aumento dos servidores.

Há inúmeras demandas de obras, e o governo tem sido corajoso, eficiente: aquilo que inicia, faz, de fato. Porém, ele assumiu tal compromisso e disse, nos primeiros meses, que tão logo verificasse haver de fato crescimento, enviaria o projeto de lei. E mandou, atendendo ao pedido da sua base, das lideranças sindicais. O que não cabe é esta demagogia de se dizer: "O governo mandou porque foi pressionado", pois o governo, desde o ano passado, dizia: "Tão logo volte a crescer, prioridade número um: mandar o reajuste". O governo falou isso ouvindo a sua base e ouviu também a Oposição, que sempre reivindicou, assim como os líderes sindicais. O governo dialoga com todos, ao contrário de alguns governos que são governos do monólogo ou governos que só falam com um grupinho. O governo Aécio Neves sempre teve diálogo com todos, mas é claro que não consegue agradar a todos. Mesmo quando manda o projeto de aumento, há sempre aquele que vem aqui dizer que está errado, que está ruim, que não pode ou isto ou aquilo. E há uma coisa pior: em alguns momentos, vem aqui e apresenta algo que é impossível, como se fosse salvar a Pátria. Às vezes, vem e apresenta algo que nem é para os colegas que aqui estão votarem: é para você que está assistindo pela televisão. Dirige-se a você, olhando para a câmara como estou olhando agora, para você acreditar que é verdade e que é possível. Como, por exemplo: "O Governador mandou um aumento de 10%, mas isso está errado. Vou fazer uma emenda e quero que esse aumento seja de tantos por cento a mais. Quero que dobre o salário. Olhem, eu estou propondo, sou bom. Não se esqueçam de mim, porque eu sou bom. Critiquei, xinguei e falei que daria um aumento maior".

Quem está falando isso está cansado de saber que isso é absolutamente impossível. Às vezes, chego a dizer que se está usando este espaço sagrado, onde fomos colocados para representar vocês, como se fosse um teatro, como se estivéssemos aqui em um estúdio de gravação de telenovela. Isso, para dar a você a ideia de algo que não é verdadeiro, que não existe, talvez um sonho, uma utopia. Nós respeitamos, é o jogo democrático, mas temos a obrigação de lhe dizer como funciona de verdade. Como funciona?

O governo manda um projeto de lei dizendo: "O orçamento do Estado, dinheiro público, nos permite dar um aumento de tantos por cento". Ainda que 100% dos Deputados queiram mudar o projeto e dizer que 10% é pouco, que querem passar para 20% ou acrescentar mais um benefício, retroagindo ao ano tal, ao mês tal, isso não é possível, é inconstitucional. Se fizermos isso, em vez de ajudar, vamos atrapalhar, porque aí o projeto não vai valer nada, pois é inconstitucional. Daí passa o prazo legal, porque a lei eleitoral estabelece que 180 dias antes da eleição tem de estar tudo pronto, votado, aprovado e sancionado, senão não se pode conceder o aumento. Há outra lei federal que regula isso. E quem está propondo isso para você está cansado de saber disso, mas propõe. E você, o senhor ou a senhora que está assistindo à TV Assembleia às vezes não percebe esse jogo.

Por isso, eu, como Líder da Maioria, tenho obrigação de esclarecer. Eu, o Deputado Carlos Pimenta, o Governador Aécio Neves gostaríamos de dar um aumento de 50%, de 100%. Porém, tem de haver recurso garantido para que se possa pagar. E, uma vez que o projeto propõe, no mínimo, 10%, como eu disse, em alguns casos um pouco mais, o que cabe a nós é decidir o seguinte: vamos aprovar ou vamos rejeitar? Isto para mim está muito claro: temos de aprovar, rapidamente, e lutar por mais, porque, se rejeitarmos, aí é que será um desastre. Será mais um ano sem reajuste. Então, temos de aprovar o projeto, e por isso estamos lutando para que essa aprovação ocorra o mais rapidamente possível.

Não tenho dúvida de que vai ocorrer. O debate é natural, porém espero que a obstrução não continue ocorrendo, porque precisamos votar. Ontem fiquei aqui até depois das 22 horas, com outros colegas, e conseguimos aprovar o projeto em todas as comissões. As comissões são o espaço ideal para os debates, para as emendas. E agora o projeto está no Plenário; então, vamos votar. Quem for a favor da emenda vote a favor, quem for contra vote contra.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Deputado Domingos Sávio, em primeiro lugar cumprimento-o pela passagem do seu aniversário e também pelo trabalho brilhante que V. Exa. vem fazendo, principalmente na lindíssima cidade de Divinópolis e em toda aquela região. É um trabalho consistente e sério. Com certeza absoluta, V. Exa. está deixando marcado o seu nome na história de toda a região. Portanto, meus cumprimentos pelo aniversário e pelo trabalho que vem realizando.

Rapidamente, em menos de um minuto, quero concordar com o seu raciocínio. Estamos num esforço muito grande para ganhar essa luta contra o relógio, pois, se não votarmos esses projetos até o dia seis, só depois das eleições poderá ser feita alguma coisa. Estamos aqui concentrados, de manhã, à tarde e à noite, tentando romper essas resistências e mostrar o trabalho que o Governador Aécio Neves vem

fazendo, bem como a preocupação do nosso Vice-Governador, Prof. Anastasia. Aliás, o Governador Aécio não só marcou a sua passagem; certamente, vai para Brasília, para o Senado da República, com a experiência que tem, ficando a esperança de que um dia possamos tê-lo como nosso candidato à Presidência da República. Infelizmente, neste ano de 2010, isso não será possível, mas ele mostrou toda a sua experiência, toda a sua abnegação e todo o seu amor pelo povo. É uma pessoa que não quer o poder apenas para tê-lo, mas para fazer com que esse poder seja transformado em ações em prol da população. Então, foi bom trabalhar com ele nesses anos todos. Espero que possa caminhar a passos largos para mudar a realidade do Senado brasileiro e que um dia venha a ser - espero que isso aconteça - o nosso Presidente da República. Parabéns! Vamos juntos! Vale a pena trabalhar neste Parlamento quando temos um companheiro da qualidade de V. Exa., Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio\* - Obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Posso dizer-lhe que aprendi com V. Exa. Quando aqui cheguei, era já um dos Deputados mais atuantes desta Casa. Sinto muito orgulho por sermos companheiros da base do Governador.

Tenho convicção, Sr. Presidente, de que todos, base e Oposição, vamos nos unir. O servidor público compreende que todos, nesta Casa, querem vê-lo com uma remuneração mais justa, e haverá uma aprovação por unanimidade desse projeto, não tenho dúvida.

Para terminar, quero manifestar a alegria de amanhã estarmos em Passos, vendo tornar-se realidade um sonho antigo, qual seja a inauguração da ponte que liga Passos a São João Batista do Glória. Ao final do dia, no início da noite, teremos a alegria de estar em Dolores do Indaiá, inaugurando a reforma da Escola Estadual Francisco Campos. Ao lado de tantos outros colegas, ajudamos a transformá-la, novamente, numa referência na educação e na história dessa querida cidade.

Ontem, tive a alegria de estar na Cemig, encaminhando para o povo de Salinas - e fazendo um contato com o Prefeito José Prates, com quem conversei por telefone - a solução de um grave problema de iluminação pública no Bairro São Fidélis, ao lado do Bairro Alto São João, região que me acolheu muito bem. Não poderia, pois, deixar de dar a notícia de que, em breve, estaremos com o referido problema de iluminação resolvido, porque já tratei disso diretamente na Cemig. O Prefeito José Prates terá total apoio para, em breve, se Deus quiser, atender ao pedido do povo dessa cidade. Na verdade, ele vem lutando para isso, mas até hoje não foi possível; seguramente, agora, irá fazê-lo.

Agradeço a V. Exa., Presidente, a tolerância, visto que meu tempo se esgotou em alguns segundos. Fica registrado como presente de aniversário o tempo que extrapolamos. Agradeço a todos e espero continuarmos lutando e merecendo a confiança do povo mineiro. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado\* - Muito obrigado, Sr. Presidente. Hoje gostaria de falar sobre três assuntos. Primeiramente, sobre a campanha que estamos fazendo em todo o Estado de Minas Gerais pelo fim da assinatura mensal da telefonia, bem como contra os abusos cometidos pelas empresas de internet e de telefonia, cujas tarifas são as mais caras do mundo. Realmente a campanha está abrangendo todo o Estado de Minas Gerais, com grande participação das pessoas, como ocorreu com a que fizemos contra as altas tarifas da Cemig. No ano passado, conseguimos impedir o aumento do valor da conta da Copasa, a cobrança da taxa de incêndio e a taxa para chamar a polícia para fazer boletim de ocorrência. Agora, estamos nesta campanha pelo fim da assinatura mensal das empresas de telefonia. É um verdadeiro absurdo, pois as cobranças são totalmente ilegais, indevidas e inconstitucionais.

Outro ponto que gostaria de tratar diz respeito à internet pela rede elétrica. Estamos muito felizes e satisfeitos com essa conquista, afinal tivemos mais uma vitória nesta Casa, motivo pelo qual agradecemos a todos os parlamentares. Agora a Cemig poderá explorar a internet através da rede elétrica. Aprovamos uma emenda segundo a qual 90% dos recursos que a Cemig obtiver com essa nova empresa serão utilizados para modicidade tarifária, ou seja, para a redução da conta de luz. A emenda foi aprovada, depois vetada pelo Governador, mas conseguimos derrubar o veto nesta Casa. Então, esse é um dos pontos que gostaria de tratar aqui. A internet pela rede elétrica é uma grande vitória para os consumidores, pois 90% dos recursos serão utilizados para diminuir a conta de luz.

Abordarei, no terceiro ponto, os projetos da pauta que se referem aos servidores públicos do Estado de Minas Gerais. Tenho em mãos uma matéria do jornal "O Tempo" do dia 1º/10/2009, que diz que, quando o orçamento chegou a esta Casa, a previsão de reajuste salarial era de 0% para os servidores públicos. Se era de 0%, como o projeto chegou agora com a previsão, em média, de 10% de reajuste para os servidores? Gostaria, neste momento, de fazer um reconhecimento: essa conquista é fruto da luta dos servidores, que foram às ruas, lutaram, mobilizaram-se, não cruzaram os braços. Algumas semanas atrás, no Centro Administrativo, mais de 4 mil servidores fizeram uma grande pressão, e, como é ano eleitoral, o governo não segurou, cedeu e mandou para esta Casa alguns projetos que reajustam o salário dos servidores. Por meio da luta, da mobilização e da pressão do conjunto dos servidores de Minas Gerais é que foi possível fazer com que o governo se sensibilizasse e mandasse um projeto para esta Casa. Porém, há muitas injustiças. Primeiramente, a falta de reconhecimento, pois a previsão era de 0% de aumento, ou seja, os servidores não teriam nenhum aumento neste ano. Conseguiram-no em virtude da mobilização e da pressão, bem como por estarmos em um ano eleitoral. Como bem disse aqui, pela manhã, o Deputado Carlin Moura, trata-se de uma questão eleitoral. Apesar disso, acredito ser uma grande vitória para os servidores, em parte. Os servidores que mais precisavam do aumento, como os Defensores Públicos, que são os advogados do povo, dos pobres, não o tiveram. Eles, realmente, merecem reconhecimento. Outra grande injustiça foi feita com os servidores da educação. É uma verdadeira maldade o que fazem com essa categoria! Estou com o contracheque de um servidor que está recebendo menos de um salário mínimo. O salário-base dos servidores da educação é uma grande injustiça, visto que eles já contribuíram e ajudaram muito o nosso Estado. Então, é muito injusto esses servidores receberem menos de um salário mínimo depois de muitos anos de trabalho. Digo e provo isso. Está aqui, em minhas mãos, o contracheque de um servidor, cujo vencimento-base, em 2000, era de cerca de R\$151,00. Com as vantagens, ele recebia, líquido, R\$345,00. Passados oito anos, a situação desse servidor teria de melhorar, não é mesmo? Tenho aqui os contracheques de 2008 e de 2009.

Sabe qual é o vencimento básico desses servidores? São R\$330,75. Está aqui a prova para quem quiser ver. Esse servidor tem nome, CPF e endereço. Ele se chama Jair Xavier de Souza. Se os Líderes do Governo quiserem ver, tenho um contracheque dele para comprovar. Digo isso porque eles dizem que é mentira, que isso não existe, que é uma falácia, um enganação, porque, segundo eles, não há nenhum servidor que recebe menos que o mínimo no Estado de Minas Gerais. Eu posso provar. Está aqui o contracheque do Sr. Jair, para quem quiser ver, com CPF e endereço. O salário-base dele é de R\$330,75, menos de um salário mínimo.

Aliás, o Sr. Jair me mandou uma cartinha pedindo que ela fosse lida em Plenário. A carta dele diz: "Deputado Weliton Prado, veja bem os comprovantes e analise e veja a situação que gostaria que V. Exa. lesse no Plenário. O salário mínimo vai para mais de R\$500,00, e o nosso poder de compra não paga as contas essenciais, isto é, ele está bem abaixo. Acho que teremos que ficar sem água, sem luz e comer menos. Até o pãozinho da manhã não mais podemos ter. Precisamos de uma audiência pública. Jair Xavier de Souza".

Ele nos mandou os seus contracheques mostrando a triste situação dos servidores públicos de nosso Estado. Realmente, isso é muito triste. O que queremos é que o governo cumpra o que disse. Não estamos pedindo demais. Como já disse no período da manhã, aprendi com minha mãe que, quando você dá a palavra, você precisa honrar, cumprir aquilo que diz. O Governador não precisava prometer, mas ele prometeu. Então, se ele prometeu, precisa cumprir. Ele prometeu que os servidores de Minas teriam, na campanha de 2006, um dos melhores salários de todos os Estados da Federação. Essa foi a promessa que foi feita para os servidores e que não foi cumprida. Muito pelo contrário, já que aqui, em Minas, não se cumpre nem o Piso Nacional de Educação, que é uma lei federal, que tinha de estar sendo cumprida e respeitada.

Recentemente, apresentamos uma emenda aos projetos que estão tramitando, pela implementação do Piso Nacional de Educação, e vamos lutar muito pela aprovação dessa emenda. Essa seria uma forma de garantir um pouco de dignidade aos servidores. Não se trata de um piso remuneratório, e sim de um piso básico, ou seja, um piso em relação ao salário inicial dos servidores. O governo cria muitos penduricalhos para tentar camuflar isso aí. Digo isso, porque, quando o governo divulga um aumento, existem servidores que, na verdade, não tiveram aumento nenhum, já que terão o salário reduzido, porque este incorpora tudo, inclusive os vencimentos. Não é um piso remuneratório que os servidores querem. É por isso que é importante a aprovação do piso nacional dos salários dos servidores da educação, para trazeremos um pouco mais de dignidade a esses servidores que já estão tão sofridos e calejados no nosso Estado.

Tenho aqui centenas e centenas de contracheques que provam e mostram a dificuldade em que se encontra o conjunto dos servidores. Na segurança pública, isso também não é diferente. Tenho vários demonstrativos. Em 2006, o Governador prometeu à Polícia Militar que os policiais militares estariam entre os melhores e mais bem remunerados do País, mas não cumpriu a sua promessa. Em 2007, ele prometeu aos policiais civis, durante a mobilização, dar 25% de auxílio-periculosidade e não deu. Foram 137 policiais mortos no exercício das suas atividades profissionais desde 2003. Não precisa prometer, mas, se prometer, tem de cumprir. Se ele empenhou a sua palavra, ele precisa honrar o que falou.

Se a profissão do policial civil e militar, do Agente Penitenciário e do bombeiro militar não for de risco, nenhuma outra será. Também não aceitamos que os nossos pensionistas e aposentados sejam judiados. Não podemos, de maneira nenhuma, admitir que o governo crie esse penduricalho para impedir o reajuste real do vencimento dos servidores, para que eles não levem isso para a sua aposentadoria. Não é justo conceder, por exemplo, o prêmio de produtividade para quem está na ativa e esquecer-se de quem está na reserva ou dos pensionistas. Não podemos admitir isso. Somos a favor do auxílio-periculosidade para todos os policiais civis e militares, para os bombeiros militares e também para os que estão na ativa, ou seja, para os Agentes Penitenciários e Socioeducativos, para aqueles que estão na reserva e para os pensionistas. Não podemos discriminar.

No conjunto dos projetos que chegaram a esta Casa, há muita discriminação e injustiça. Aprovamos, para algumas categorias, a retroatividade até janeiro de 2010, o que acho justo. Mas por que não é utilizado o princípio da isonomia em relação aos outros servidores? Por que servidores da educação, serviços, Diretores de escola, policiais civis, Delegados, policiais militares e várias outras categorias do serviço público não receberão salários retroativos a janeiro de 2010? Por que somente algumas categorias, como as do Ministério Público e do Tribunal de Contas - o que, aliás, é muito justo -, terão a retroatividade? Votaremos favoravelmente à retroatividade para os servidores receberem o aumento a partir de janeiro. Por que há distinção no projeto enviado pelo Governador? Há servidor melhor que outro? Por que determinado órgão pode receber retroativamente a 2010, e professores, serviços, Diretores e policiais não podem receber salário retroativo a janeiro de 2010? Na minha avaliação, isso fere o princípio legal da isonomia. Temos de tratar de forma igual os servidores. Não pode haver distinção de categoria. Não pode haver servidor mais bem tratado que outro.

Questionamos também que os 10% concedidos aos servidores da educação não atendem a essa categoria de maneira alguma, porque o reajuste é realmente muito pequeno. É incorporado à VTI e cria piso remuneratório. Há funcionário que acha que terá até o salário diminuído. A revolta dos servidores é realmente muito grande. Nas propagandas oficiais do governo, divulga-se a situação como se tudo estivesse às mil maravilhas. Recebi cartilha do Sind-UTE que fala justamente isso. Aqui diz: "Nossa! É muito problema. Então não entendo esta situação, pois parece tudo tão bom na propaganda. Na propaganda, parece que é tudo às mil maravilhas e que não há problema". É verdade, isso realmente acontece. Aqui temos imagem dos estudantes dentro da sala de aula. "Vi, mas acho estranho, porque aqui, na cidade, as coisas não estão iguais à propaganda". Realmente é muito diferente da propaganda. Aqui há outro trecho da cartilha: "Nem me lembro mais quando foi a última vez que votamos para Diretor de escola. Parece até que o governo acabou com a eleição direta para direção". E aquela história de menino de 6 anos na escola estadual também não é verdade, pois o governo está fechando escolas de ensino fundamental e passando tudo para o Município. Olhem o que aconteceu na escola do bairro aqui ao lado. No Ipsemg, há o caso de professora que tenta marcar consulta há três meses, mas não consegue ser atendida. Os postos de policiamento, os PPCs, estão fechando no Estado inteiro. Em Uberlândia, por exemplo, o governo prometeu que reabriria os postos de polícia e que a cidade seria referência na área de segurança pública não para Minas, mas para o Brasil. No entanto, fechou os postos de polícia nos bairros. Prometeu uma base comunitária em cada bairro, mas não há ainda. Houve aumento violento da criminalidade. Esse é realmente o Estado que conheço; muitas vezes, falam de outro Estado. Temos de reconhecer realmente avanços em alguns setores, mas o Estado que conheço é este: um Estado que tem problemas e precisa de solução, posicionamento e estrutura por parte dos nossos governantes. Por isso, apresentamos em torno de 14 a 15 emendas para melhorar o projeto e para que o governo honre o que prometeu. É o que falamos: não precisa prometer, mas, se prometeu, tem de cumprir. Está aqui. A previsão era de que o servidor não teria aumento algum, mas a pressão e a mobilização dos servidores contribuiu - além do fato de se tratar de ano eleitoral - para que o projeto chegasse a esta Casa e votássemos percentual de reajuste para os servidores. O projeto do governo concede aumento muito pequeno perto do que os servidores mereceriam. Por exemplo, para os servidores da segurança pública, estou apresentando emenda para concessão de 41% de aumento, para que o governo cumpra o que prometeu aos servidores da segurança pública de Minas Gerais: que seriam os mais bem-valorizados de todos os Estados da Federação. Estamos apresentando emenda que cria o piso nacional para os servidores da educação e também emenda que concede auxílio-periculosidade para servidores da segurança pública na ativa, inclusive para quem está na reserva, aposentados e pensionistas. Será uma forma de fazer justiça a quem contribuiu tanto com a segurança pública do nosso Estado.

Esperamos que o governo tenha sensibilidade e de fato dê um alento ao conjunto dos servidores públicos. Dinheiro existe. De 2003 a 2009, o Orçamento do Estado passou de R\$17.000.000.000,00 para mais de R\$40.000.000.000,00. Infelizmente, o salário dos servidores não aumentou na mesma proporção. Ao contrário, a grande maioria das categorias não teve nenhum aumento real, o que é uma grande injustiça. Foram gastos R\$2.000.000.000,00 no Centro Administrativo, dinheiro que poderia ser investido em áreas sociais e na garantia de dignidade ao conjunto dos servidores.

Pedi o apoio dos colegas desta Casa para aprovação das nossas emendas para implementarmos o Piso Nacional de Educação, valorizarmos os servidores contratados, fazendo com que tenham os mesmos direitos dos efetivos, e garantirmos reajuste digno aos servidores da segurança pública. Assim, faríamos justiça com os que realmente contribuíram muito para o desenvolvimento do nosso Estado.

Agradeço mais uma vez a todos mais uma vitória: a Cemig poderá utilizar a rede elétrica para explorar o serviço de internet. Esperamos que isso realmente dê certo e que, através de emendas que apresentamos, os lucros sejam reinvestidos para modicidade das tarifas e desconto na conta de luz.

A campanha pelo fim da assinatura mensal da telefonia continua muito forte. A nossa luta continuará, e com muita força.

\*- Sem revisão do orador.

O Deputado Fábio Avelar\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, público presente, queria tratar desta tribuna, na tarde de hoje, de dois assuntos. Primeiramente, elogio a iniciativa do Sebrae, no seu serviço de apoio à microempresa e à pequena empresa, ao promover o 6º Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor Juscelino Kubitschek. Trata-se de uma distinção conferida a quem se destaca por méritos, nesse caso específico, no âmbito dos Executivos municipais, através de projetos, obras e serviços em prol das comunidades. Na verdade, a premiação é um reconhecimento aos que, por seu talento, criatividade e capacidade de realização, contribuem para o desenvolvimento social e econômico dos Municípios.

No dia 17 de março passado houve, aqui em Belo Horizonte, no Minascentro, a solenidade de entrega desse prêmio, merecidamente conquistado, entre 32 finalistas, pelo Prefeito Municipal de Miradouro, Wagner Figueiredo Dutra, nosso querido Dr. Wagner. Seu projeto foi

escolhido como o melhor entre 224 inscritos e representará Minas Gerais na etapa nacional da premiação. A vitória do Prefeito foi aplaudida pelos presentes, com destaque para os 40 cidadãos miradourenses que viajaram horas para acompanhar o evento.

O projeto do Dr. Wagner é o Ouro Branco, que beneficia 184 famílias e trata da produção de leite no Município, aproximadamente com 500% de aumento na produção e 90% de aumento dos preços pagos aos produtores. O projeto também prioriza a preservação ambiental, valorizando o desenvolvimento sustentável. Além disso, visa à valorização e à fixação do homem no campo.

É importante destacar que, quando tive oportunidade de conhecer esse projeto, em visita à zona rural, me impressionei sobremaneira com o grande número de imóveis em reforma e construção. Isso significa que é um projeto que também teve o importante papel de segurar o homem no campo e evitar que venha, numa situação de dificuldade, para os núcleos urbanos. É importante também ressaltar que, como médico, o Dr. Wagner, Prefeito e cidadão, é amplamente reconhecido por sua competência e preocupação com as questões sociais, além de sua luta permanente pelo desenvolvimento da nossa querida Miradouro.

Na mesma solenidade houve também a premiação para os destaques temáticos em seis categorias, evidenciando-se a Prefeitura de Betim, vencedora em duas categorias e 2ª colocada no geral. A 3ª colocada foi a Prefeitura de Poços de Caldas.

É justo exaltar o espírito público que norteia a ação dos nossos Prefeitos, geralmente cerceados pela escassez de recursos financeiros para investimentos e até mesmo para as despesas de custeio de suas atividades administrativas e operacionais. Daí, a dificuldade para a criação de projetos e programas em âmbito local e a necessidade constante da busca desses recursos junto aos órgãos das administrações estadual e federal.

Surge, então, nesse cenário a iniciativa do Sebrae, que, entre outros fatos positivos, cria um instrumento de estímulo - Prêmio Prefeito Empreendedor Juscelino Kubitschek - aos que, em meio a dificuldades e adversidades, buscam alternativas para o crescimento e incentivos para os diversos segmentos do setor produtivo. Evidentemente outro papel não menos importante é a possibilidade de estarem sendo promovidas uma parceria e a transferência da tecnologia evidenciada nesse projeto para inúmeros Municípios do Estado.

Está de parabéns o Dr. Wagner, Prefeito de Miradouro, por essa grande conquista, e os demais Prefeitos participantes pelos seus projetos e pelo empenho na premiação. Ressaltamos aqui, mais uma vez, o grande número de Prefeituras que participaram desse evento: aproximadamente 224 Prefeituras. Isso significa que tivemos ali, para a análise e a apreciação do Sebrae, 224 novas experiências, novos projetos, que certamente servirão também como experiência para as outras cidades.

Cumprimentos efusivos, portanto, a todos os Prefeitos, participantes e a todas as Prefeituras, a suas equipes e funcionários e ao Sebrae pela manutenção pela sexta vez do Prêmio Prefeito Empreendedor Juscelino Kubitschek, distinção que é motivo de orgulho para nós, mineiros, e para o povo brasileiro.

Portanto, neste momento, mais uma vez, gostaríamos de cumprimentar o Dr. Wagner, Prefeito de Miradouro, e, na sua pessoa, todos os seus funcionários e sua equipe e toda a população dessa cidade por essa conquista, que será um exemplo para Minas Gerais e certamente para as cidades brasileiras. A sua experiência será também apresentada em nível nacional, já que foi o 1º colocado. Sendo assim, representará o nosso Estado em nível nacional.

Quero trazer aos caros Deputados outro assunto não menos importante, com o qual cabe também ressaltar aqui nossa preocupação. Meus colegas Deputados bem sabem que procuro demonstrar reconhecimento quanto a empreendimentos e ações do governo ou mesmo da iniciativa privada que representem conquistas positivas para a sociedade. Por diversas vezes ocupei esta tribuna para comentar e registrar minha satisfação com vários projetos que, uma vez executados, trazem soluções e novas perspectivas às comunidades nos diversos setores; porém, minha postura positiva em relação à autoridade pública me reserva também o direito do questionamento e da cobrança quando propostas e promessas são feitas, e não são cumpridas, para frustração, desencanto e apreensão da sociedade. É o caso da recuperação, da reforma e da duplicação da BR-040, no trecho BH-Juiz de Fora, uma novela de longa duração.

Todos sabem que sou Presidente da frente parlamentar em prol da duplicação dessa rodovia - a S.O.S. 040. No último mês de outubro realizamos uma audiência pública em Conselheiro Lafaiete. Nesta oportunidade, queremos registrar também, mais uma vez, como já fizemos em várias oportunidades, o apoio que recebemos da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, por seu Prefeito José Milton, nosso ex-colega Deputado, para a realização daquela audiência, que contou com a participação não só de representantes da cidade, mas também de outras ao longo desse trecho citado. Lá recebemos do Sr. Alexandre Oliveira, Supervisor da unidade do DNIT em Contagem, conforme notas taquigráficas, uma notícia muito boa. Ele nos disse que o projeto de recuperação e duplicação de trechos dessa rodovia compreendidos entre o Condomínio Alphaville e Conselheiro Lafaiete e entre Lafaiete e Ressaquinha, atingindo principalmente áreas urbanas cortadas pela rodovia, como os perímetros urbanos de Lafaiete, cerca de 9km, e Congonhas, aproximadamente 10km, estavam em fase de minuta e poderiam ser licitados em seis ou sete meses. O projeto, segundo o representante do DNIT, prevê, além da restauração tão necessária do pavimento, até a recuperação de todo o sistema de drenagem e de sinalização viária, o que trará importantes melhoras operacionais e possibilitará futuramente a interligação desses trechos duplicados.

Por esse motivo estive, no dia 11 de março passado, na sede do DNIT em Belo Horizonte para verificar com o Dr. Sebastião Donizete, autoridade máxima que representa o DNIT em nosso Estado, informações sobre a execução desse projeto, uma vez que havia sido noticiado pelo DNIT que o projeto seria licitado em aproximadamente seis meses. Para minha surpresa, o Superintendente Sebastião Donizete nos informou que essa obra teria sido excluída do PAC 2, programa do governo federal, e assim não haveria condições de ser realizada neste ano. Creio que essa informação representa uma frustração para todos os que aguardam com ansiedade a execução dessa importante obra.

Por isso mesmo, devemos mobilizar-nos - comunidade, Prefeitos, Vereadores, lideranças e Deputados -, atuando junto ao DNIT e às demais instâncias envolvidas na busca de uma resposta mais ágil para essa questão. Não é mais possível conviver com a ameaçadora realidade de insegurança e morte na BR-040.

De minha parte, asseguro aos caros colegas Deputados, a todos os companheiros da frente parlamentar que nos acompanham nessa empreitada e a todos os demais segmentos envolvidos nesse assunto que estarei em permanente contato com o DNIT e com todos os que podem interceder junto ao governo federal, objetivando a inclusão dessa obra da duplicação da BR-040 no PAC 2 e o início de sua execução ainda neste ano. É expectativa nossa e dos envolvidos com essa legítima e urgente demanda.

Nesse sentido, faço um apelo, desta tribuna, aos nossos companheiros Deputados Federais de Minas Gerais, para que nos ajudem a incluir essa importante obra no PAC 2, uma vez que foi destacado ontem, pelo Deputado João Leite, que tivemos uma redução drástica nas obras previstas no PAC 2. Faço também um apelo aos nossos representantes da frente parlamentar, em especial ao Deputado Padre João, um dos coordenadores do nosso núcleo de articulação junto ao governo federal, para que busquem uma agenda com a autoridade máxima do DNIT ou o Ministro Jobim a fim de que equacionarmos essa demanda, e que os recursos necessários, mesmo para essa pequena parte do programa de duplicação, sejam disponibilizados ainda neste ano.

Portanto, este é o nosso assunto, e espero estar aqui sempre que possível, trazendo notícias sobre o andamento das ações da nossa frente parlamentar em prol da BR-040, S.O.S. 040. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, público que nos acompanha das galerias e pela TV Assembleia, boa-tarde. O Projeto de Lei nº 4.387/2010, do Governador do Estado, mexe com a remuneração de servidores de várias carreiras, como os das Polícias Civil e Militar e da educação.

O que destacamos aqui é a nossa indignação com o comportamento do Governador ao mandar essa mensagem, que foi lida na terça-feira e publicada ontem, quarta-feira, quando foi apreciada nas Comissões de Constituição e Justiça, Administração Pública e Fiscalização Financeira e Orçamentária. Ou seja, no mesmo dia, ela foi apreciada em três Comissões. Isso demonstra o desrespeito do Governador não somente com esta Casa, mas também e sobretudo com todos os servidores públicos do Estado de Minas Gerais. É um grande desrespeito porque somos obrigados, de certa forma, a apreciar essas matérias em curtíssimo tempo, em função da lei eleitoral, que proíbe a concessão de qualquer reajuste a partir da primeira semana de abril, em ano de eleição. Assim, os projetos têm de ser rapidamente apreciados em 1º e 2º turnos, ter pronta a sua redação final e sancionados. Essa foi uma tática do Governador para impedir o aprofundamento da discussão sobre a carreira dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais. Com essa pressa, ele comete injustiças. É estranho que já na segunda-feira toda a imprensa divulgava a concessão de um reajuste de 10%, linear, para todos.

Na verdade, para alguns o reajuste ultrapassa os 30%; para outros, 20% ou 25%; e, para a maioria, 10%. Uma parte dessa maioria que receberá esse reajuste terá conquistas suprimidas. Isso porque, ao receber um reajuste de 10%, os valores sofrerão um corte quatro vezes maior, quando comparado ao reajuste. Ou seja, a remuneração total da pessoa ficará abaixo da atual. Esse é o resultado da pressa, da correria e da tática eleitoreira. E essa é a realidade de alguns servidores da educação e do meio ambiente. No entanto, é informado ao povo mineiro que os servidores tiveram aumento, quando, na verdade, trata-se apenas de parte dos servidores, porque uma boa parte deles terá perda ou diminuição no salário.

Ao fazer essa discussão do Projeto de Lei nº 4.387, quero destacar algumas emendas feitas pelo Bloco PT-PMDB-PCdoB. Uma delas corrigirá essa grande distorção - para não dizer aberração - do projeto, pois suprimirá dois parágrafos do art. 7º. De um lado, o governo equipara o salário das carreiras de Analista Educacional, Analista de Educação Básica, Assistente Técnico Educacional, Assistente Técnico de Educação Básica e Assistente de Educação com os da tabela da Seplag. Entretanto, nos §§ 1º e 2º, ele suprime a VTI, uma vantagem, um valor que já é de direito do servidor. Farei uma projeção para que os telespectadores entendam. Se hoje, em determinada carreira, o servidor recebe o equivalente a R\$500,00, com a equiparação ao salário da Seplag ele receberá R\$700,00. Como os dois parágrafos suprimem a VTI, se esta é de R\$250,00, em vez de receber os R\$700,00, ele receberá R\$450,00. Assim, esse valor está equiparado aos R\$700,00, mas, diminuindo-se os R\$250,00 da VTI, ele receberá R\$450,00. Essa é uma das aberrações existentes, e por isso apresentamos uma emenda supressiva para corrigir essa grande distorção e injustiça, que, se prevalecer, fará com que vários servidores públicos da educação fiquem prejudicados.

Apresentamos também emenda para corrigir a distorção em relação aos servidores do IMA e do Sisema, que também ficam prejudicados. Queremos resolver o problema para sempre, pois o projeto resguarda, mas não dá garantia para o ano que vem, por exemplo. Os servidores terão, todas as vezes, em qualquer operação, de travar esta briga, esta luta junto ao governo.

Infelizmente, precisávamos rever toda a carreira do servidor público. Tenho em mãos a tabela dos Auxiliares de Serviços de Educação Básica. Também fizemos emenda a esse projeto, para corrigi-lo. O servidor da jornada de 30 horas é dividido em três níveis: o fundamental incompleto, em que o servidor inicia com R\$315,00; o fundamental, R\$359,00; e o ensino médio, R\$409,37. Essa é a grande vergonha. Podem dizer que a remuneração total está em torno de R\$500,00, mas alguns têm a remuneração total, contando os quinquênios, abaixo do salário. O problema maior é que os pensionistas e os aposentados perdem, pois não recebem algumas conquistas, como produtividade, adicional de desempenho, "pó de giz" e insalubridade, em algumas carreiras. Algo referente à vida ativa não é pago a pensionistas e aposentados. Por isso o projeto não resolve em nada a vida dos servidores. É grande irresponsabilidade, e, de certa forma, esta Casa passa a ser cúmplice, ao avaliar esse projeto em tão curto tempo. Só esse projeto que está em discussão tem impacto na vida de mais de um milhão de servidores públicos. Mais de um milhão de servidores está envolvido no Projeto de Lei nº 4.387. Então é muita ousadia, para não dizer irresponsabilidade, apreciarmos matéria tão importante, que tem a ver diretamente com a vida de mais de um milhão de servidores públicos, em curtíssimo prazo, possibilitando aberrações como, em vez de ampliar a remuneração ou conceder o reajuste, tirar e diminuir. Isso é irresponsabilidade. Há essa emenda supressiva, que li, e também, como disse, em relação aos servidores do meio ambiente, a revogação do § 4º do art. 6º da Lei nº 17.351, de 17/1/2008, e o § 4º do art. 2º da Lei nº 17.717, de 11/8/2008, no sentido de que há gratificação em que terão perda. Dessa forma, traz prejuízo também na carreira desses servidores. Se observarmos, Sr. Presidente, na mensagem do Governador, em relação aos Procuradores - um exemplo concreto -, ele é retroativo a 1º/1/2010. Então, se pode para um, pode também para todos. Há emenda nossa para ser retroativo, para todos os servidores, nas áreas da educação, da saúde, da agricultura e do meio ambiente, a 1º de janeiro. Isso é para todos. Por que esse tratamento desigual? Por que, para algumas carreiras, há um reajuste de 15%. Já disse que há alguns reajustes de 25%, e outros ultrapassam 30%. Pelo menos deveria haver uma média e, em vez de 10% de reajuste, ser 15%. Todas as análises demonstram a recuperação do Estado de Minas.

A potencialidade do Estado é muito maior, bem maior, pois exporta muita matéria-prima - muita matéria é beneficiada no Rio de Janeiro ou em São Paulo.

Só em 2009 e 2010, houve fuga de mais de 100 empresas mineiras, Deputado Carlos Gomes, que se instalaram no Rio de Janeiro, em São Paulo e até no Espírito Santo. A questão não é de logística, e sim de carga tributária. É a ausência de política nessa área para dar garantia, sobretudo, para os pequenos empresários; porque os grandes conseguem, uma vez que são os melhores amigos do rei. Esses têm tudo, mas as pequenas e médias empresas vivem numa situação de calamidade em Minas. Então, já que houve recuperação econômica do Estado, elaboramos uma emenda para que o reajuste seja de 15%, embora pudesse ser maior. Seria um reajuste de 15% para todos, áreas da agricultura, do meio ambiente, da saúde e da educação.

Assim podemos, de fato, reparar as distorções do pacote que o Governador enviou. A injustiça é muito grande em relação a determinadas carreiras. E acredito que ela agrava a situação dos servidores das áreas da saúde, da educação e da defesa social, que ainda está acomodada, sobretudo a área da administração da Polícia Civil, que possui um piso salarial de trezentos e poucos reais. Uma coisa é o reajuste de 10% para um servidor que recebe de R\$3.000,00 a R\$10.000,00; outra coisa é um reajuste de 10% para o servidor que recebe R\$400,00. Isso não altera.

Para quem recebe mais, o percentual será maior - 15%, 20% e até 30% -, mas quem recebe menos terá de contentar-se com os 10%; alguns que ainda recebem muito pouco terão a VTI cortada, o que fará com que recebam valor menor do que recebem hoje. Essa tática do Governador para tratar o servidor público do Estado é muito estranha, para não dizer perversa.

Veja bem, Deputado Inácio - V. Exa. é o único "franco" desta Casa -, muitos Deputados avaliam que a relação do governo com a Assembleia é ótima. Repito: essa é a avaliação de muitos Deputados. Falem sério, nobres colegas Deputados, como podemos dizer e assegurar que essa relação da Assembleia com o governo é ótima se ele manda, em um projeto, várias mensagens envolvendo milhões de servidores, para que sejam analisadas em curtíssimo tempo, impedindo, na verdade, a discussão? É prática, sobretudo da Oposição - PT, PCdoB e PMDB -, debater

com servidores, discutir com cada carreira, realizar audiências públicas e reuniões. Os servidores têm de ser ouvidos. Seria muita arrogância da nossa parte afirmar que somos eleitos, somos representantes do povo. Temos de aprimorar a democracia, que não pode ser simplesmente representativa. É possível contar com a participação das partes interessadas. Isso tem de ser franqueado, garantido.

É essa interlocução que queremos com o governo. Queremos reunião com a Secretária de Planejamento e Gestão, para avançarmos na questão; caso contrário, corre-se o risco de prejudicar, impedir que esse reajuste aconteça antes de outubro. Na verdade, o Governador nos colocou na parede: ou votamos o projeto até o final do mês, no máximo, ou parte dos servidores não terá o reajuste. Como disse, nem todos terão, de fato, o reajuste, pois não resolve darmos o reajuste de 10% e retirarmos o equivalente a 4 ou 10 vezes mais do que seria o resultado de 10%; então, se trata de farsa. Até acredito que seja equívoco, pois isso é absurdo. Só pode ser o equívoco provocado pela pressa. É absurdo propagandear aumento para todos e retirar dinheiro de alguns. Portanto, reivindicamos à Secretária Renata Vilhena esse entendimento, antes de apreciarmos a matéria. Na realidade, quero aqui fazer justiça.

No início da semana, visitamos a Cidade Administrativa, devido a inúmeras reclamações dos servidores, como sobre elevadores, poeira, barulho, alimentação, transporte, estacionamento, ou seja, uma série de problemas. E, embora não estivesse previamente acordada a reunião com a Secretária Renata Vilhena, uma vez lá, ela prontamente nos recebeu, como também os representantes dos servidores, Geraldo e Miriam. Quero aqui reconhecer a atenção da Secretária e dizer que contamos com a sua sensibilidade para, num curtíssimo prazo, resolver esses inúmeros problemas da Cidade Administrativa, embora eu não veja a possibilidade de alguns deles serem sanados, como, por exemplo, os do transporte, do estacionamento e - um outro desafio maior - o da alimentação. Portanto, registro aqui a presteza com que fomos recebidos pela Secretária, assim como a sua disposição em acolher as reclamações que formalizei.

Por isso estamos contando com o resultado dessa presteza e com a sensibilidade e iniciativa da Secretária Renata. Mas não basta somente isso; é preciso iniciativa no sentido de se adequarem algumas situações, que percebemos que são injustas, prejudicam o servidor público do Estado de Minas Gerais, pois cortam conquistas já incorporadas. Aliás, há conquistas que têm de ser incorporadas definitivamente ao salário, devem ser garantidas, fazer parte da carreira. E aí são tantos os penduricalhos! No caso dos servidores que se aposentam, dos pensionistas, há uma redução drástica na sua remuneração total. Essa é uma grande distorção das carreiras do servidor público do Estado de Minas Gerais - sobretudo essa que equipara a tabela de vencimento básico das carreiras de Analista Educacional, Analista de Educação Básica, Assistente Técnico Educacional, Assistente Técnico de Educação Básica e Assistente de Educação, às tabelas dos servidores da Seplag. Se de um lado temos a alegria pela equiparação à tabela dos servidores da Seplag, de outro são retiradas as vantagens que esses servidores já têm. Daí a diminuição no salário dos servidores.

Portanto, servidores públicos do Estado de Minas Gerais, vocês não têm de fazer festa; espero que não se deixem enganar pela esperteza da tática eleitoral do Governador, porque determinadas carreiras ficaram sem reajuste por quatro, cinco anos. Há carreira sem reajuste há seis anos - intocável, nada. E agora vêm propagandeando, como se os 10% fossem grande coisa para o servidor público.

Pela manhã, falei sobre o caso dos Defensores Públicos, que ficaram por mais de 100 dias em greve. Foi a grande luta dos Defensores Públicos, a de mobilizar os servidores públicos do Estado de Minas Gerais, o que é um grande desafio. Isso não é fácil.

Há servidores que estão a uma distância de 700km a 900km de Belo Horizonte. Alguns gastam 15 horas para chegar a Belo Horizonte. Não é fácil mobilizá-los. Os Defensores, desde 2008, vêm lutando e conseguiram o seu pleito. Fizeram greve durante mais de 100 dias, mas, pelo menos, obtiveram sucesso. Parabenizo-os pela organização, pela capacidade de mobilização. Estamos colhendo, agora, os frutos, pois estão tendo o reajuste justo de 25%. Para informar com precisão - tendo responsabilidade com a informação -, na verdade, de 1º/5/2010 a 30/8/2011, terão 21,58%, ou seja, receberão de R\$8.000,00 a R\$12.160,00. Está aí, também, a esperteza tática do Governador. Passou muitos anos sem dar reajuste, mesmo para os Defensores, e agora garante um reajuste para 2011 e 2012. Que bom pois, de um lado, temos as conquistas dos Defensores; mas, de outro lado, nota-se a esperteza do Governador, que não quer sair do poder.

Sr. Presidente, não quero ser intransigente, vou concluir o meu discurso. Agradeço a V. Exa. a compreensão.

Concluo manifestando a nossa indignação com relação à irresponsabilidade do nosso Governador em mandar para esta Casa um projeto para apreciarmos em curtíssimo prazo, quase à revelia, negando ao Parlamento, a esta Casa, a possibilidade de fazermos o debate com os servidores públicos, que são os principais atores a serem ouvidos. Eles foram impedidos pelo Governador de discutir as próprias carreiras, as próprias situações remuneratórias. Isso não é próprio de um governo democrático. Nossa esperança é termos aqui, em Minas Gerais, um governo democrático e popular e extinguir de vez o autoritarismo. É inadmissível essa prática do Governador atual, pois ele teve todas as oportunidades e fez o que bem quis por meio de leis delegadas. Essa autorização foi-lhe dada em dois momentos por esta Casa: antes de assumir, em 2002 e 2003, e na reeleição. Foi dado, então, ao Governador, por meio dessas leis, poder para ele fazer o que bem entendesse, à revelia desta Casa.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. e ratifico aqui a nossa indignação ao desrespeito do Governador com esta Casa e, sobretudo, com o servidor público do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 5/4/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Cecília Ferramenta

exonerando, a partir de 5/4/10, Laís Dalvina Casas Tavares Dias do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

nomeando Manuela Bento Nunes Rodrigues para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas.

Gabinete do Deputado Doutor Rinaldo Valério

exonerando Delcio de Oliveira Filho do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

exonerando Geraldo Hélio Lara do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;



exonerando Rilza Maria Pedrosa Cardoso do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;  
nomeando Delcio de Oliveira Filho para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;  
nomeando Geraldo Hélio Lara para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;  
nomeando Rebeca Ferreira de Paiva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Juninho Araújo

exonerando Caetano Costa Vieira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;  
exonerando Rosangela Maria de Araujo Borges Torres do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas;  
exonerando Tiago de Castro Vieira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;  
nomeando Caetano Costa Vieira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;  
nomeando David de Oliveira Evangelista para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;  
nomeando Júnia Alcione Ferreira da Silva para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;  
nomeando Rosangela Maria de Araujo Borges Torres para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada

exonerando Luiz Alberto Palma Lampert do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;  
nomeando Geisa Rosignoli Neiva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Mauri Torres

exonerando Júnia Alcione Ferreira da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 20/3/10, que nomeou Márcio Flávio de Carvalho Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

exonerando Andreilson Marcione Vieira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

exonerando, a partir de 5/4/10, Monique Prates Martins do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Edigar Batista do Nascimento para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Iuza Maria Aparecida Ribeiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando José Gonzaga Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

## ERRATA

### TERMO DE ADITAMENTO

Na publicação do documento em epígrafe, verificada na edição de 1º/4/2010, na pág. 56, col. 1, inclua-se ao final:

"Dotação orçamentária: 10110112270120090001339037".